



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 146

QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

(*) PARECER Nº 153, DE 1975-CN

Da Comissão Mista de Orçamento incumbida de estudar o Projeto de Lei nº 10, de 1975 (CN), que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976”.

Relator: Deputado Vasco Neto

A Comissão Mista de Orçamento apresenta (fls. anexas) a redação final do Projeto de Lei nº 10, de 1975 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975.

(*) Será publicado em Suplemento à presente edição.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 205ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Necessidade da criação de universidades federais nos territórios.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Voto do Brasil na ONU contra o sionismo.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Transcurso do 45º aniversário de fundação da Ordem dos Advogados do Brasil.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Posse da nova Diretoria do Instituto de Professores Públicos e Particulares do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ARY KFFURI — Trabalhos desenvolvidos no Simpósio Internacional de Administração por Resultados realizado no Estado do Paraná.

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Considerações sobre a eleição realizada no dia 15 do mês em curso na cidade de Avai—SP.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

— Prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 52, de 1975, por decurso de prazo.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 9, de 1975-CN, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 206ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1975

2.1 — ABERTURA

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO IVAHIR GARCIA — Comunicado distribuído à imprensa do Estado de São Paulo, pelas mães dos alunos do Externato Madre Alix, contestando nota daquele estabelecimento publicada no jornal *Folha da Tarde*, intitulada *Herzog: Mães de Alunos Protestam*.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Comemorações do Dia da Bandeira.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Conclusões de Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sobre a criação de usinas de açúcar na região do vale do rio Uruguai.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Noticiário inserto no jornal *O Estado de S. Paulo*, referente à extinção dos Partidos Políticos.

DEPUTADO OSWALDO ZANELLO — Significação para o Estado do Espírito Santo do projeto Aracruz Celulose S/A.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Problemas da Prefeitura de Porto Velho.

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Entrevista do Ministro das Minas e Energia atinente à exportação de alumínio e níquel.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Pesquisa do Dr. Antônio Jofre de Vasconcelos, sobre acidentes do trabalho.

DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO — Atuação do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — 26º aniversário de fundação da Academia Valenciana de Letras.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Projeto de lei de S. Exª ora em tramitação na Câmara que proíbe, nos casos que específica, o corte do fornecimento d'água por atraso de pagamento.

DEPUTADO NELSON THIBAU — Padarias que vêm operando com óleo diesel, face a alta tarifa da energia elétrica.

DEPUTADO HILDÉRICO OLIVEIRA — O péssimo estado de trafegabilidade da BR—116.

DEPUTADA LYGIA LESSA BASTOS — 44º aniversário da Editora José Olympio.

DEPUTADO MARCELO GATO — Irregularidades que estariam ocorrendo na administração do Município de Praia Grande—SP.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Reivindicações junto ao Ministério da Fazenda em favor da região amazônica.

DEPUTADO VALDOMIRO GONÇALVES — Pleiteando a elevação da cidade Costa Rica—MT, à categoria de Município.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 20, às 11h, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1975, que altera a redação da letra "l", inciso "l", do artigo 119, da Constituição da República Federativa do Brasil. **Discussão encerrada**, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

— Propostas de Emenda à Constituição nºs. 31/75, que altera a redação do § 3º, letra "f", do art. 15 da Constituição;

39/75, que dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f, e altera a redação do § 1º, do art. 177 da Constituição Federal; e

49/75, que altera a redação da alínea f, do § 3º do artigo 15 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, ficando sua votação adiada por falta de quorum, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Congressistas Ruy Córdó, Antônio Morimoto e Theodoro Mendes.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 205ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvênio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro

Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekkel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sam-

paio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fontêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gióia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Cajado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alpio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito

Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 347 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De há muito, reivindicamos do Governo Federal a criação de uma universidade em cada Território.

É estarrecedor constatar que os Territórios, criados há mais de 32 anos, como unidades *sui generis* da Federação, ainda não tenham universidades ou escolas superiores, decorrendo desse fato a evasão de nossos valores humanos que vão estudar fora e não retornam.

A evasão é geralmente daqueles estudantes que podem estudar em outros Estados porque dispõem de recursos ou daqueles contemplados com bolsas pelas Secretarias dos Territórios, concedidas, via de regra, sem critérios, beneficiando filhos de famílias abastadas. Mas, na verdade, a grande maioria da juventude dos Territórios neles permanece sem oportunidade de acesso a cursos superiores, daí a carência de elementos humanos capacitados para as atividades da vida privada em geral e também para a administração pública.

Não se encontra gente capacitada para desempenhar funções importantes nos Territórios. O despreparo é uma tristeza.

O Governo Federal esqueceu-se do problema do ensino médio e superior nos Territórios. É preciso criar em cada um deles uma universidade federal como se fez em Brasília. O paliativo das licenciaturas não resolve o problema da educação superior nos Territórios. O mecanismo da concessão de bolsas para cursos superiores fora dos Territórios também é artificial, porque:

a) as bolsas são concedidas sem qualquer critério seletivo. Pelo menos em Rondônia tem sido assim até agora. Os mais necessitados nunca são contemplados. O protecionismo tem sido escancarado na concessão dessas bolsas. Não se publica edital propondo a seleção dos bolsistas, como não existe uma Portaria da Secretaria de Educação estabelecendo critério rigoroso para a admissão de bolsistas. Tudo é mistério nesse setor;

b) a concessão de bolsas pelas Secretarias de Educação, além de um mecanismo artificial, não premia os mais capazes nem condiciona os bolsistas retornarem ao Território depois de formados, obrigando-os a trabalhar certo período de tempo para o Território;

c) a atual sistemática de concessão de bolsas de estudo em Rondônia, além de consagrar injustiças pela inexistência de critérios seletivos, não beneficia o Território porque os bolsistas não retornam à Unidade depois de formados. Nesse caso, de que serve ao Território conceder essas bolsas?

Todos esses fatos comprovam a urgência da criação de universidades nos Territórios. A respeito da concessão de bolsas pela SEC em Rondônia, transcrevemos o Ofício nº 1.433/75, pelo qual o atual Secretário de Educação reconhece que, até a sua gestão, as bolsas eram concedidas sem a observância de qualquer critério e se propõe a adotar medidas diferentes de agora em diante.

Já é um passo importante que registramos, mesmo porque por ele nos temos debatido aqui, nesta Casa, mas é preciso que a Secretaria de Educação conceda bolsas de estudo, também, para os cursos secundário e técnico, principalmente técnico-agrícola, ampliando o campo de mão-de obra especializada.

Enquanto não se criar uma universidade em Rondônia, é necessário ampliar o número de bolsistas, mas com a obrigação de eles retornarem para servir ao povo do Território depois de formados. Caso contrário, as bolsas servirão de estímulo à evasão de valores, financiados pelo Governo do Território, o que é um contra-senso.

Rondônia e os demais Territórios só se desenvolverão quando se criar neles universidades para que através do ensino superior eficiente, possa ser mudada a mentalidade atual.

Transcrevemos o Ofício do Sr. Secretário de Educação, bem como a relação atual de bolsistas da Secretaria, encaminhada ao Governador do Território em setembro último, verbis:

"Ofício nº 1.433-SEC-Porto Velho-RO, 23 de setembro de 1975. Senhor Governador, solicitamos a atenção de V. Exª para o que passamos a informar, acerca da situação de bolsas de estudo no Território, conforme solicitação feita por esse Governo: 1 — Para o ano em exercício foram concedidas 26 (vinte e seis) bolsas a estudantes universitários, as quais foram empenhadas pelo Fundo de Participação — Programa Educação Elementar de Despesa — 3.1.4.0 — Encargos Diversos, no valor de Cr\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil cruzeiros), pagáveis em 9 (nove) parcelas de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais, para cada bolsista... 3 — Salientamos que uma das 26 (vinte e seis) bolsas citadas, foi concedida sob nossa gestão, conforme comprovação de carência de recursos do candidato pelo Meritíssimo Senhor Juiz de Direito. 4 — Desconhecemos critérios que foram adotados na concessão das demais bolsas. Outrossim, comunicamos a V. Exª que a situação em causa está sendo apurada, medida e avaliada e que a concessão de bolsas, no ano próximo vindouro, será efetuada sob criteriosa programação elaborada por esta Secretaria, segundo dire-

trizes determinadas pelo MEC, conforme art. 56, § 2º da Lei nº 5.692/71. As) Jerzy Badocha — Resp. pela Sec."

"Relação dos Bolsistas: Samuel Alley Neto, Mário Luiz Campos Monteiro, Domingos Sávio de Souza Mariúba, Ancy Lidionete Valente Saporole, Maria de Lourdes Ramos Guedes, Cláudio Augusto Rivero de Carvalho, Lúcio Jorge Gusman, Lucilene Silveira de Souza, Jorge Couto de Abreu, Esmite Bendo de Melo Filho, Wilson Peixoto Monteiro, Eneida Maria Brandão, Eduardo Lins, Maria de Fátima Diniz, Maria Juscilene de Lima Campos, Almir das Chagas Silva, Elsimá Gomes de Moura, Calmon Viana Tabosa Junior, Antonio Cezar Duarte de Queiroz, Mário Jorge Duarte de Queiroz, Ary de Macêdo Junior, Victor Sadeck Shockness, Maria José Romano Alves, Elizabeth Winte Shockness, Alonso Joaquim da Silva, Lester Pontes de Menezes e Luiz Gomes dos Santos Filho."

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB—São Paulo. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o apoio dado pelo Brasil para a criação do Estado de Israel constitui fato histórico de que muito nos honramos e que serviu para realçar perante a história a brilhante figura que foi o ex-chanceler Oswaldo Aranha.

Hoje, o Brasil fez juntar àquele seu voto o lastimável apoio que deu, através do Ministro Azeredo da Silveira, a uma moção tipicamente provocativa e racista, de condenação precisamente do povo israelita.

Não é preciso, Sr. Presidente, que analise os termos desse triste voto: já foram eles dissecados pela grande imprensa brasileira e, também, internacional. Difícilmente poderia o Governo do nosso País tomar posição e adotar decisão mais lastimável, rigorosamente contrária às nossas mais velhas e caras tradições. E, como se não bastasse, colocou-se o Brasil em companhias que, por si só, servem para aquilatar nossa conduta no assunto!

Não poderia deixar, Sr. Presidente, de vir a esta tribuna para manifestar minha firme desaprovação ao voto dado pelo Brasil na ONU, bem como afirmar minha convicção de que tão triste mancha será apagada o mais depressa possível, dela ficando apenas melancólica nódoa a marcar a carreira do ministro Azeredo da Silveira.

O Governo brasileiro tomou posição que está fortemente em desacordo com o sentimento nacional, decisivamente contrário a toda forma de discriminação racial! Esse, um desencontro vergonhoso, que na verdade não atingirá a Nação, pois esta repudia o erro governamental, como está por demais evidenciado na repulsa de que nossa imprensa tem sido mera intérprete!

Brasil, com o voto infeliz, tomou posição num conflito que de forma alguma nos interessa, a começar pelos laços de amizade que nos unem a Israel como aos países árabes. E o fez de forma a mais reprovável, apoiando moção cujo objetivo fere frontalmente nossa tradição contrária a toda forma de discriminação, vedada, inclusive, em nossa Constituição.

Sr. Presidente, aqui fica meu protesto e minha desaprovação. Não poderia silenciar diante de acontecimento tão lamentável e que nos atinge fortemente, face ao nosso sentimento contra discriminação racial!

E formulo votos para que a mancha possa ser corrigida o mais cedo possível, para que nos reencontremos com nossas tradições diplomáticas e, sobretudo, sentimento dos mais profundos de nossa gente. E concluo expressando minha solidariedade a Israel e seu povo, no momento em que são tão duramente atingidos pela injustiça! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — Rio de Janeiro. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Ordem dos Advogados do Brasil comemorou, ontem, o seu 45º aniversário de fundação. Foi criada pelo Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930.

O professor Caio Mário da Silva Pereira, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, reafirmou que as festas do 45º aniversário da OAB vão durar um ano: começam agora e vão até dezembro de 76. Um dos eventos principais das comemorações será a VI Conferência Nacional da OAB, em Salvador, que reunirá na capital da Bahia advogados de todo o País, no próximo ano.

Recordou o professor Caio Mário que a idéia da criação da Ordem dos Advogados do Brasil, nascida com a fundação do centenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, permaneceu mais ou menos estática até que tomou vulto, já no regime republicano, com a atuação de Aureliano Leal e do Senador Fernando Mendes de Almeida, que apresentou na Câmara Alta um projeto a respeito, logo impugnado sob o fundamento de ser contrário à Constituição, por isso que, segundo se alegava, conferia privilégio à classe dos advogados. Coube, então, ao saudoso Motinho Dória, defendendo o projeto, perante a Comissão de Legislação e Justiça do Senado, a que foi admitido, demonstrar a sua perfeita constitucionalidade. Mas o projeto foi arquivado nas pastas das Comissões legislativas e não se cuidou mais do assunto, até que, poucos dias depois da Revolução de 1930, foi criada a Ordem dos Advogados, pelo artigo 17 do Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930.

— O desembargador André de Faria Pereira foi o responsável pela inserção, no Decreto nº 19.408, do artigo 17 que criou a OAB — disse ontem o prof. Caio Mário, presidente da Ordem, o qual assinalou que no calendário de comemorações, organizado pela entidade para festejar os seus 45 anos, está um concurso de vulto entre os acadêmicos de Direito, que concorrerão a prêmios para os melhores trabalhos sobre o tema, "A OAB e suas finalidades".

Uma vez criada, em 1930, a Ordem dos Advogados do Brasil, que é dirigida por um Conselho Federal no momento presidido pelo prof. Caio Mário, começaram pouco depois a surgir os Conselhos Seccionais (estaduais) da entidade. O mais novo é o Conselho Seccional do Estado do Rio de Janeiro, que foi criado com a fusão dos antigos Conselhos da Guanabara e do Estado do Rio. Foi uma resolução do Conselho Federal que, em janeiro deste ano, tendo em vista a fusão política dos dois Estados ocorrida à mesma época.

Seu primeiro presidente foi o advogado e professor Gelson Fonseca, que não chegou a completar quatro meses de gestão, pois faleceu vítima de um colapso cardíaco no dia 10 de julho, sendo substituído no cargo pelo advogado Waldemar Zveiter, que era o vice-presidente do Conselho Seccional da OAB-RJ. Ontem, o Sr. Waldemar Zveiter disse que também o Conselho que preside vai festejar os 45 anos da Ordem dos Advogados do Brasil, no âmbito estadual, estando as comemorações sendo programadas conjuntamente com o Conselho Federal, para que não haja coincidência de cerimônias. Lembrou Zveiter que o Conselho que preside "é um dos mais seletos e atuantes da OAB, tendo em vista que reuniu alguns dos melhores advogados dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro". Frisou que a "OAB-RJ existe para, principalmente, defender a classe e suas prerrogativas, do que a entidade nunca se descurou ao longo dos muitos anos de sua existência".

A OAB mandou cunhar um selo comemorativo do seu "Ano 45" que a partir de hoje está sendo colocado em toda sua correspondência.

Sr. Presidente, ao registrar o auspicioso evento, impõe-se-me o dever de congratular-me com todos os advogados brasileiros pelos relevantes serviços prestados à Justiça e à Pátria no exercício da nobre profissão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Empossou-se dia 13 do corrente, em solenidade realizada em sua sede, à Av. Rio Branco, 185, no Rio de Janeiro, a Diretoria do Instituto de Professores Públicos e Particulares, eleita em 23 de outubro passado, para dirigir a entidade durante o biênio 76/77.

O fato transcende a uma simples escolha de dirigentes de um órgão especializado, pois se reveste de alto e profundo significado nesta fase da vida do novo Estado do Rio de Janeiro e do contexto nacional em que se insere o problema da educação.

Fundado em 1933, o Instituto de Professores Públicos e Particulares iniciou atividades pioneiras no campo educacional, constituindo-se não apenas em mais um órgão reivindicador, mas num centro de cultura e aprimoramento, em que os professores, públicos e particulares, fazem proveitoso intercâmbio de idéias e informações, e se dedicam à análise séria da problemática educacional. Nesse sentido o Instituto tem dado, nestes seus quarenta e quatro anos de existência, uma excelente contribuição ao ensino. Inspirado sempre no binômio — Educação e Civismo — o Instituto de Professores Públicos e Particulares desenvolve um programa de trabalho e abnegação que deve merecer a atenção das autoridades públicas e o reconhecimento de todos quantos militam no ensino. Conforta e estimula aos que se empenham pelo desenvolvimento do país, o exemplo de velhos e experientes mestres que poderiam estar gozando merecido descanso depois de sacrifícios e duros anos de magistério, mas que continuam fiéis a um sacerdócio, mantendo viva a chama da esperança e a fé inabalável de que pela educação o Brasil chegará ao seu destino histórico de grande nação. É ociosa a afirmação de que o professor é o elemento básico da formação nacional. Ele é que molda e plasma caracteres, que instrui e que educa, que tem a responsabilidade de conduzir a infância e a juventude, principalmente nestes dias em que as contingências econômicas levam praticamente os pais de cada para o trabalho, e a escola passa a ser o lar e a família.

Esta é a grande responsabilidade e, mais que isto, o grande desafio que enfrenta o Instituto de Professores Públicos e Particulares, e que se apresenta diante da sua nova diretoria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao fazer este registro, quero também render uma homenagem, é um pleito de justiça que quero significar, da mais alta tribuna do país, a uma mulher, mãe, esposa, e sobretudo Mestre, cuja vida tem sido um exemplo de dedicação a causa do ensino, e cujo nome pronuncio com o maior respeito: D. Laudímia Trotta.

Mais uma vez, pelo consenso e por justiça, foi ela escolhida para presidir o Instituto de Professores Públicos e Particulares, e por isso mesmo mais uma vez se renova a nossa confiança na obra meritória da entidade, pois D. Laudímia pela sua ação e pelo que representa como figura humana, nos dá a certeza de que novas e significativas conquistas serão alcançadas. Festejada pelos seus colegas, venerada pelos seus alunos, muitos hoje em destacadas posições no cenário político, econômico e social da Nação, inspirada pelos ideais que mantém vivos desde a sua mocidade, ela continuará a obra a que se propôs e que tantos frutos benéficos tem dado à causa da educação. Justo será também fazer uma referência ao seu marido, velho educador, escritor ilustre, oficial general de nosso Exército, e bri-

lhante parlamentar, integrante da bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Deputado Frederico Trotta. A ele muito deve o professorado carioca e o antigo Estado da Guanabara, por todos reconhecido como líder na educação, dentre os membros da Federação Brasileira, capital cultural e política da Nação.

Rendo, pois, homenagem à Diretoria do Instituto de Professores Públicos e Particulares, fazendo a citação nominal de todos os que a integram, para que também se inscrevam nos anais desta Casa, como exemplos de serviço prestado à mais nobre das causas — a da Educação.

Presidente: Laudímia Trotta
 Vice-Presidente: Zahra Sousa Aguiar
 1ª-Secretária: Berenice Paes Leme
 2ª-Secretária: Marieta Evangelina de Barros
 1ª-Tesoureira: Nair Carvalho da Cruz
 2ª-Tesoureira: Elza Lopes Barbosa
 Bibliotecária: Júlia Cirrea da Silva Freire
 Procurador: Fredimio Trotta
 Departamento Social: Maria Souza Brandão
 Departamento Cultural: Duverlina Santos

Conselho Fiscal

Thais de Araujo Carvalho
 Maria José Lamounier
 Dinah Silva e Souza

Suplentes

Otilia Vieira
 Josefina Franzen Henning
 Edila Nabuco

Conselho Consultivo

Diofrildo Trotta
 Olga Amador Torres
 Neiva Perpétua de Souza Aragão
 Edith Joaquina Ramos
 Edith Ferreira
 Dulce Cordeiro
 Joaquim Elydio da Silveira
 Angelina Botelho Ferreira
 Elvira Regina
 Francisco Ferreira."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ary Kffuri.

O SR. ARY KFFURI (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em consequência da implantação da Cidade Industrial de Curitiba, da Refinaria da PETROBRÁS e da Usina de Itaipu, o meu Estado está se transformando numa área empresarial em ebulição permanente. Como resultado desta auspiciosa arrancada em prol de seus objetivos históricos, a "Cidade Sorriso" foi escolhida, recentemente, para sede do Simpósio Internacional de Administração por Resultados, promovido pelo Banco do Estado do Paraná.

Ora, não acontece por mero acaso que a capital do meu Estado voltou a servir como palco de debates e sede de conferências técnico-científicas em prol do desenvolvimento. O Simpósio Internacional de Administração por Resultados, teve por finalidade o oferecimento de conhecimento teóricos aos inúmeros participantes da reunião sobre o moderno funcionamento das empresas.

O principal tema abordado no citado Simpósio estava relacionado com a humanização dos núcleos produtivos da economia nacional. Tratou o mesmo de analisar os objetivos das empresas tradicionais dedicadas à produção e à venda de bens e serviços, e aper-

feiçoar o processo na obtenção de resultados positivos. Ademais, uma promoção empresarial de alto gabarito que se transformou numa honra para a capital do meu Estado, que lhe abriu as portas com uma hospitalidade exemplar, oferecendo-lhe todas as condições indispensáveis para o pleno êxito de seus trabalhos. Assuntos de relevância, como por exemplo, Pesquisa Sociométrica, Teorias e Conflitos da Administração Tradicional, Conceito do Homem na Empresa, e a Mudança Social Planejada, foram amplamente discutidos.

A tendência que prevaleceu entre os empresários paranaenses participantes no Simpósio Internacional de Administração por Resultados, é a que diz respeito à ideia de mudanças estruturais prementes, com oferecimento de condições mais adequadas de trabalho aos seus empregados, visando, assim, a consecução de um índice maior de produtividade. O que mais se evidenciou nos trabalhos deste importante conclave é a aceitação unânime da tese da atualidade sócio-econômica, que é a força propulsora das empresas em busca de expansão, ou seja: transformação planejada do desenvolvimento organizacional.

Ademais, o ponto de vista expresso no Simpósio que acabou de encerrar seus frutíferos trabalhos, corresponde à própria dialética econômico-social do País, imposta como uma condição *sine qua non* em prol do desenvolvimento. Por isso, o povo e o Governo do meu Estado sentiram-se satisfeitos ao tomarem conhecimento de que o papel do homem dentro da empresa recebeu especial destaque ao ser considerado o elemento mais importante para o funcionamento organizacional. Ora, não falta sombra de dúvida que, realmente, o homem é e será a medida de todas as coisas.

Aliás, o que nos faz sentir regozijo pelos resultados altamente satisfatórios, conseguidos pelo Simpósio Internacional de Administração por Resultados, é justamente o que concerne ao homem, ao empregado que efetivamente teve o seu rol conceitual reconhecido por todos os empresários, sendo a tônica global das palestras que ali foram proferidas. Ademais, neste Simpósio que alcançou repercussão ímpar entre a opinião pública, já foi dito e repetido por mais de uma vez que: "a satisfação humana dos indivíduos que vivem na organização empresarial é a chave do progresso, pois só é bom para a empresa aquilo que é bom para seu pessoal".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta é a única fórmula válida e capaz, hoje em dia, para o funcionamento exemplar das empresas de livre iniciativa. Ora, de outra forma teria que ser adotada, necessariamente, a solução revolucionária como processo de mudança. Entretanto, a revolução destrói até os próprios alicerces, para obedecer ao seu tradicional método de mudança. Em seguida, ela constrói segundo seus próprios critérios e, portanto, o preço da mudança assim processada custa caro demais.

Finalizando, um fato digno de nota verificado no Simpósio Internacional de Administração por Resultados, que foi coroado de indiscutível êxito na capital do meu Estado, diz respeito ao impressionante número de executivos jovens do próprio Paraná que lá estiveram presentes. É algo que me impressionou profundamente, pois isto evidência que já existe no meio empresarial paranaense uma tendência para delegar tarefas de administração à jovem geração do meu Estado.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o nobre Deputado Alcides Franciscato.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — São Paulo. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A cidade de Avaí, Comarca de Bauru e localizada no Centro-Oeste paulista, foi alvo das atenções por parte da opinião pública face às eleições realizadas no último sábado, 15 de novembro, para completar o seu quadro de Vereadores à Câmara Municipal.

O fato em si não teria maiores repercussões e estaria plenamente justificado o clima de disputa local entre os candidatos do meu Partido, a ARENA, e o MDB. Somos os Deputados Federais mais vota-

do naquela cidade e é nessa condição que desejamos nos pronunciar.

Toda uma máquina de mobilização eleitoral foi colocada em ação pelos representantes do MDB, com visitas freqüentes, de autênticos e falsos líderes, também, à cidade de Avaí, numa vontade de vencer o pleito de qualquer forma.

O Senador da República Orestes Quêrcia lá esteve no fim de semana que antecedeu às eleições, acompanhado de uma comitiva regional de simpatizantes. E os moradores da pacata cidade de Avaí, entre supresos e atemorizados pelo aparte e pelos carros do MDB, foram ao cinema ouvir a pregação de autênticos — mas, também, repito — de falsos líderes da Oposição.

Todavia, não consideramos isso relevante. Em seu pronunciamento, o Senador Orestes Quêrcia afirmou ao jornal *Diário de Bauru* que "o resultado do pleito de Avaí iria medir as tendências do País em nível de partidos políticos".

Quer-me parecer louvável o seu empenho em percorrer o Interior em campanha política.

Nossa posição pessoal foi a de não desejar interferir naquele pleito, para responder a algumas vozes que infelizmente se fazem presentes no Congresso Nacional e que, portadoras de algum sentimento inferior, de uma psicose cuja origem desconhecemos, tentam atingir veladamente a Revolução, o Governo constituído e a nossa pessoa. Vozes de quem ainda não adquiriu a suficiente maturidade para participar da vida pública.

Avaí, cidade de pouco mais de 1.000 eleitores, não necessita desses falsos líderes e arautos de teses discutidas pelos políticos sinceros e autênticos.

O Governo de São Paulo e as lideranças arenistas da região não precisaram exercer pressão para obter a simpatia daquele humilde, porém laborioso povo.

Os misticadores da opinião pública, os profetas e políticos profissionais a serviço de causas desconhecidas perderam por não ficar de boca fechada, pois o povo de Avaí soube dar a grande resposta ao MDB e a seus falsos líderes, através da vitória da ARENA por 613 votos contra 437 do MDB. Tomamos conhecimento de que, pelas irregularidades ocorridas em Avaí, pelos oposicionistas, o Deputado Abraham Dabus, da Assembléia Legislativa de São Paulo, deverá solicitar, naquela Casa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eis aí, portanto, em números, a resposta ao Senador Orestes Quêrcia, ao dizer no *Diário de Bauru*, na "Nossa Cidade sem

Limites" que o pleito do último sábado em Avaí seria considerado, em nível de partidos políticos, "um termômetro político".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação das Propostas de Emendas à Constituição nºs 30, 31, 39 e 49, de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Estão esgotados os prazos de tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 52, de 1975. Apesar das matérias terem constado da Ordem do Dia durante 2 sessões sem serem votadas por falta de quorum, a Presidência, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, as declara prejudicadas e determina o envio dos respectivos processos ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para votação das partes vetadas do Projeto de Lei nº 9 de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes disposições do referido Projeto de Lei:

I — o parágrafo único do art. 19;

II — a expressão "em todo o território nacional, de 3 (três) em 3 (três) anos", constante do art. 20 - caput; e

III — o § 2º do art. 20.

A discussão do Veto foi encerrada na sessão anterior. A presente seria para votação da matéria, mas havendo evidente falta de quorum, não poderei submetê-la a votos. Conseqüentemente, adio a votação da matéria para outra sessão a ser oportunamente convocada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 206ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Roëque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Márcio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo S. dart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalmá Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekkel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysáneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Áécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA — Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gióia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca

— MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gas-tão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 347 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Ivahir Garcia.

O SR. IVAHIR GARCIA (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Marcando, uma vez mais, na história de nossa Pátria a posição definida da mulher brasileira, que não aceita ideologias incompatíveis com os elevados sentimentos de religiosidade oriundos da formação étnica de nosso povo que, sob a proteção de Deus, deseja para o Brasil a plena vigência do regime democrático, dentro do princípio da liberdade com responsabilidade, evidenciada com clareza meridiana na notícia publicada no jornal *Folha da Tarde*, edição de 15 de novembro último, página 3, sob o título "Herzog: Mães de Alunos Protestam", a estóica mulher paulistana demonstrou que não admite, e com veemência repudia, o procedimento dos responsáveis pelo Externato Madre Alix, de São Paulo, e de todos aqueles que pretendam influenciar de forma nociva as menores desprotegidas, os espíritos desprevenidos e as inteligências em fase de aprimoramento de ponderável parcela da nossa juventude.

Pela importância da atitude assumida pelas mães dos alunos do referido estabelecimento de ensino e sua enorme ressonância, em razão da firmeza de posição democrática e expressivo significado do texto do comunicado por elas distribuído às redações dos periódicos de São Paulo, vou lê-lo na íntegra, para que conste nos Anais do Congresso Nacional como exemplo edificante da coragem, do valor e do civismo da mulher brasileira.

Eis o seu conteúdo:

"Nós, abaixo assinadas, mães dos alunos do Externato Madre Alix, queremos fazer pública a nossa satisfação pelo fato de as crianças serem dispensadas às 16 horas, pois aproveitaremos a oportunidade para, em nossas casas, fazermos uma prece comunitária pedindo pelos injustiçados da Rússia, Hungria, Polônia, Checoslováquia, Cuba e demais países sob o jugo materialista do comunismo, onde a nossa religião cristã é perseguida e eliminada.

"Para que nossos irmãos nesses países tenham o consolo de saber que nós, brasileiras, ao mesmo tempo em que damos graças a Deus por vivermos num País onde reina a paz, pedimos para que eles, os nossos irmãos oprimidos, a alcancem.

"Vamos também rezar para que nosso País, continuando as suas realizações destes últimos 11 anos, consiga, em pouco tempo e através da paz, que nossos irmãos brasileiros não sofram fome ou falta de hospitais.

"Queremos que, acima de tudo, nesta oração, nos comprometamos a ajudar o nosso País, para que os que sofrem fome alcancem um nível humano de vida, e também a trabalhar para que a paz que agora reina aqui perdure para sempre."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje comemoramos o "Dia da Bandeira", com solenidades cívicas de culto ao Pavilhão Nacional, na Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembléias Legislativas, Câmara Municipais e em todas as repartições públicas, quartéis e colégios espalhados pelo Brasil.

A Bandeira Nacional, de conformidade com o disposto na Constituição Federal, é a que foi adotada pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, com a modificação feita pela Lei nº 5.443, de 29 de maio de 1968. Podendo ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

Sr. Presidente, nos corações brasileiros jamais se apagará a chama ardente que impulsiona e alimenta o amor à Pátria, porque, como já dizia Rui Barbosa, "a Pátria é a família amplificada". E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas. Multipliquei a

célula e tendes o organismo. Multiplicai a família e tereis a Pátria. Sempre o mesmo plasma, a mesma substância nervosa, a mesma circulação sanguínea. Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que o Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-lhes a se amarem uns aos outros: *Diliges proximum tuum sicut te ipsum.*

A Pátria não é de ninguém, ela é de todos; cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acovardam, mas resistem, mas ensinam, mas esforçam-se, mas participam, mas discutem, mas praticam a admiração, o entusiasmo, porque todos os sentimentos grandes são benignos e residem originariamente no amor.

Sr. Presidente, na oportunidade recordo um dos ensinamentos do saudoso Milton Campos:

"Enganam-se os que supõem resistir porque calam e se retraem. Não pode haver consciências silenciosas quando a ofensa do mal reclama todas as vozes. Então, as vozes que se calam são vozes que se acumpliciam e os braços que caem são braços que colaboram."

Por assim entender, levanto minha voz, para cultivar a Bandeira Nacional. Como símbolo da Pátria e da nossa soberania, ela reúne o sentimento de brasilidade dos filhos deste País, venerado por todos nós e a quem devemos o maior respeito e a concretização do nosso amor.

Que cada brasileiro cumpra com o seu dever de servir com proveito à Pátria e de compreender os seus deveres para com ela.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há anos que luto em favor da criação de novas usinas de açúcar no Rio Grande do Sul, sobretudo na região do vale do rio Uruguai, onde estão comprovadas as excelentes condições de clima e de solo para a cultura da cana.

Agora a Assembléia Legislativa do Estado, através de Comissão Especial, realizou notável trabalho, cujas conclusões são as seguintes:

Pronunciamento do Relator da Comissão Especial Dep. Júlio Brunelli

Senhor Presidente
Senhores Deputados

Trazemos hoje ao conhecimento desta Casa Legislativa o resultado sumarizado dos trabalhos da Comissão Especial para Estudo da Agro-Indústria Açucareira do Estado, que estudou a problemática canavieira do Rio Grande do Sul.

Fazem parte desta Comissão os seguintes Deputados:

Presidente — Deputado Nolly Joner.

Presidente — Deputado Aldo Pinto.

Relator — Deputado Júlio Brunelli.

Deputado Pederzolli Sobrinho.

Deputado Romildo Bolzan.

A Comissão Especial ouviu abalizados técnicos e dirigentes ligados à produção de açúcar e derivados da Agro-Indústria de Cana-de-açúcar, colhendo importantes pronunciamentos, que foram anexados ao relatório que será impresso para distribuição aos setores interessados.

Atendendo a requerimentos de áreas canavieiras do nosso Estado a Comissão realizou debates com as lideranças comunitárias, colhendo valiosos subsídios, ouvindo ponderáveis reivindicações e estabelecendo imprescindível diálogo com as forças vivas de regiões gaúchas onde a cultura de cana-de-açúcar alcançou irrefutável projeção, por encontrar as adequadas condições de desenvolvimento.

A Comissão, procurando ampliar sua ótica de análise, aprimorar seu enfoque e adquirir o embasamento suficiente para bem entender o problema em seus múltiplos aspectos realizou visitas a centros canavieiros mais desenvolvidos.

Desta forma, colheu subsídios ponderáveis que anexa a seu relatório, como elemento de inegável valia para o devido encaminhamento do processo desenvolvimentista da cultura da cana no Rio Grande do Sul. Foi visitada a Província de Tucumán, na Argentina, área caracterizada pela excelência de condições agroclimáticas, que têm propiciado um notável surto de desenvolvimento canavieiro naquela região.

As áreas produtoras de cana em São Paulo foram igualmente visitadas, colhendo-se excelentes dados que muito auxiliarão no encaminhamento de soluções neste setor, para o Rio Grande do Sul.

Em especial foram recolhidos dados conclusivos atinentes ao item do combate à praga e moléstias da cana-de-açúcar; à utilização racional de subprodutos da cana; à adequada administração de usinas e destilarias. Atenção especial foi dada aos problemas ligados ao transporte de cana, rendimento industrial e condução de lavoura em seus aspectos de variedades melhoradas e manutenção da fertilidade do solo.

Na viagem que a Comissão realizou ao Rio de Janeiro, foram estabelecidos os contatos com a alta Direção do Instituto do Açúcar e do Alcool, ocasião em que o Diretor-Presidente do I.A.A., General Álvaro Tavares do Carmo recebeu os representantes gaúchos em audiência especial, debatendo longamente a problemática açucareira nacional.

Na oportunidade salientou o Presidente do I.A.A. que está aquela autarquia empenhada em modernizar o parque usineiro nacional, melhorar sua rentabilidade e ampliar seus níveis de produção, sem descuidar o aspecto da lavoura, quer pela adoção de melhor tecnologia agrícola, quer partindo de amplo programa fitotécnico, que permita atingir índices de produção mais elevados.

A Comissão, audiência com o Diretor-Presidente do I.A.A. tratou especialmente do andamento dos processos referentes à ampliação da usina da AGASA de Santo Antonio da Patrulha, cujos estudos prevêem o aumento da capacidade produtiva de 200.000 para 400.000 sacos por safra.

A reivindicação da AGASA de que seja liberada de instalar uma destilaria de álcool, anexa à usina, foi acolhida pelo I.A.A., que ponderou que a utilização do melaço da usina para rações na pecuária está plenamente justificado por sua relevância e ampla demanda em nosso Estado.

Quanto à tramitação do projeto de TORRES, que prevê a instalação no Vale do Mampituba de uma usina de açúcar para a produção na primeira etapa de 600.000 sacos de açúcar e 5.600.000 litros de álcool por safra, pôde a Comissão constatar que a Direção do I.A.A. — pela palavra de seu Presidente e dos órgãos técnicos — estão inclinados a proferir seus pareceres favoráveis, não só quanto à aprovação do projeto, como à concessão do financiamento correlato.

Estão assim, bem encaminhadas nossas pretensões de ampliação para 1.000.000 de sacos de açúcar de 10.800.000 litros de álcool por safra, dentro dos próximos cinco anos.

A Comissão após visitar o I.A.A. deslocou-se para a região canavieira da Baixada Fluminense, onde se encontrou com os órgãos do Instituto sediados em Campos, visitando a Estação Experimental do PLANALSUCAR e usinas da região, podendo aferir as condições imperantes no setor, os problemas industriais, fitotécnicos e econômicos daquele extenso vale.

Estamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados ao encerrarmos nossos trabalhos, em condições de expender alguns consideran-

dos referentes à problemática que apresenta a cultura da cana-de-açúcar em nosso Estado.

As condições climáticas em algumas regiões gaúchas são grandemente favoráveis à cultura de cana, razão pela qual, desde o início da colonização, se recorreu ao plantio dessa gramínea.

As regiões do Litoral Norte, os municípios situados nas encostas inferiores e nas baixadas da bacia do Guaíba, as comunas ao longo do rio Uruguai — Região do Médio e Alto Uruguai, são as que oferecem condições propícias ao desenvolvimento dessa lavoura.

No cultivo da cana foram usadas, até agora, variedades, as quais, embora apresentem alto rendimento em tonelagem, são deficientes em concentração de sacarose, fato que torna desencorajador o seu uso para a fabricação de açúcar com o agravante de serem estas variedades altamente suscetíveis à algumas moléstias, mormente as de fundo virológico.

Fazem-se necessárias, portanto, novas pesquisas, para se descobrir a melhor variedade de cana-de-açúcar para o nosso clima, a exemplo do que foi feito em São Paulo.

O nosso Estado dispenderá este ano para suplementar seu déficit na produção de açúcar, um total superior a 6.000.000 de sacos, a serem comprados em outras Unidades da Federação.

Isto, computados os gastos com frete e outros dispêndios, significará uma descapitalização superior a 1 bilhão de cruzeiros, cifra suficiente para instalar 5 usinas de 400.000 sacos cada uma.

Um plano dinâmico de aumento da produção de álcool no Rio Grande do Sul deverá abranger três etapas:

A primeira, partindo do que já temos, seria a ampliação da usina da Agasa, em Santo Antonio da Patrulha, para 400.000 sacos e a instalação de uma usina em Torres para 600.000 sacos de açúcar e 5.600.000 litros de álcool.

A segunda fase seria a ampliação da usina de Torres para 1 milhão de sacos de açúcar e 17.600.000 litros de álcool por safra; além disso, a instalação de duas usinas no Vale do Uruguai e uma usina nos vales inferiores dos afluentes do Guaíba, cujas capacidades unitárias seriam cada uma, de 400.000 sacos.

Na etapa final, teríamos a criação de mais duas usinas no vale do Uruguai e outra na área dos afluentes do Guaíba.

Ao término dessa terceira fase, o Rio Grande do Sul poderia dispor de oito usinas açucareiras, com produção estimada em 3.800.000 sacos e 56.800.000 litros de álcool.

Em termos de açúcar, esta considerável produção representaria, à época, menos de 50% da demanda interna do Estado.

Consideramos que a situação não comporta indecisões ou temores, sob pena de malbaratarmos oportunidade excelente de viabilizarmos uma conquista ao nosso alcance.

Julgamos imprescindível que o Governo do Estado em conjugação com as comunidades que já se mobilizaram, ou estão em vias de mobilização, proceda a estudos detalhados *in loco* colhendo os necessários subsídios que irão integrar os respectivos projetos.

Elaborados os projetos, as comunidades terão que acionar as suas potencialidades para cumprir as etapas indispensáveis junto ao I.A.A., que oportunizará os empreendimentos.

Da arrancada inicial ao funcionamento efetivo de uma usina passar-se-ão muitas jornadas, plenas de trabalho, de idealismo, de tenacidade e constância de propósitos, difíceis, é verdade, entretanto, perfeitamente exequíveis.

Concluimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, transcrevendo o Parecer Final da Comissão, que se resumiu em quatro itens básicos, assim redigidos:

I — Que o Rio Grande do Sul tem condições agroclimáticas favoráveis à instalação de usinas açucareiras nas seguintes regiões:

A — Litoral Norte — Abrangendo os municípios de Torres, Osório e Santo Antonio da Patrulha;

B — Médio/Alto Uruguai — Abrangendo extensa faixa preferencialmente os municípios possuidores de áreas pertencentes ao vale do Rio Uruguai e seus grandes afluentes. Nesta vasta região

que poderia ser subdividida em centros polarizadores geo-econômicos com as seguintes composições:

— Porto Lucena — São Nicolau, Roque Gonzales, Cerro Largo, São Paulo das Missões, Campina das Missões, Cândido Godoi, Porto Xavier, Santo Cristo, Alecrim, Guarani das Missões e Giruá;

— Horizontina — Tuparendi, Tucunduva, Santa Rosa, Três de Maio, Independência, São Martinho, Campo Novo, Boa Vista do Buricá, Humaitá, Criciumal, Três Passos e Tenente Portela;

— Frederico Westphalen — Miraguaí, Braga, Redentora, Erval Seco, Seberi, Rodeio Bonito, Planalto, Nonoai, Palmitinho, Caçara, Vicente Dutra, Irai e Alpestre;

Erexim — Barão de Cotegipe, São Valentim, Erval Grande, Itatiba do Sul, Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos, Viadutos e Gaurama;

C — Vales Inferiores dos Afluentes do Guaíba — Abrangendo os municípios situados nos vales e encostas inferiores dos rios Caí, Sinos e Taquari. Em face da extensão da área seria conveniente adotar uma subdivisão territorial que em princípio poderíamos julgar viável o seguinte esquema;

— Novo Hamburgo — Campo Bom, Taquara, Rolante, Três Coroas, Igrejinha, Sapiranga, Dois Irmãos, Ivoti, Estância Velha e Portão;

Estrela/Lageado — Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio, Nova Bréscia, Encantado, Muçum e Roca Sales;

Montenegro — Taquari, São Sebastião do Caí, Feliz e Salvador do Sul.

II — Que devem ser incentivados e acelerados os contatos com o Instituto do Açúcar e do Alcool para a aprovação dos projetos da ampliação da capacidade de produção da usina açucareira da Agasa em Santo Antonio da Patrulha para uma produção de 400.000 sacos por safra e, de instalação da Usina açucareira Agasa II, em Torres para uma produção na primeira etapa de 600.000 sacos de açúcar e de 5.600.000 litros de álcool por safra.

III — Que se efetivem os indispensáveis estudos com o objetivo da elaboração de Processos para a instalação de novas usinas açucareiras no Estado, atendendo-se prioritariamente as áreas que ofereçam melhores perspectivas;

IV — Que sejam estabelecidos os necessários contatos com a direção do I.A.A. visando incluir o Rio Grande do Sul na Rede Experimental do Plano Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), através da assinatura de convênios específicos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Tenho declarado que entendo serem legítimas as fórmulas que a ARENA busca, dentro da legalidade, para não sair do poder. Mas também entendo que fórmulas esdrúxulas e absurdas visando a se consolidar no poder, parecem-me atitudes pouco dignas.

O O Estado de S. Paulo de hoje publica, o que já se tem ouvido em outras ocasiões, de que há intenções de se extinguir os atuais partidos políticos para a criação de outros. Parece até brincadeira com coisa séria. A criação de um Partido político no Brasil não se processa como quem come sobremesa. O processo da criação de um partido é cercado de mil dificuldades e implicações, e o meu Partido, o MDB, defende a tese da pluralidade partidária, mas ainda não entendeu que, para se criar outros, tem que se extinguir os atuais.

O O Estado de S. Paulo, jornal sério, ocupa hoje uma parte razoável das suas folhas, tratando deste assunto, e nós já temos ouvido, Sr. Presidente, notícias, ou boatos — o que mais me parece ser — a respeito deste assunto.

Qual seria a idéia, a intenção — porque razão não existe — para se extinguir os dois Partidos existentes com a finalidade de criarem mais outros dois? É válida a idéia de criar mais um, dois ou quantos forem; o que não é válido nem sério é o entendimento de que, para criação daqueles, se extingam estes.

Sei que outras idéias diabólicas estão na cabeça de muita gente, e é preciso que o Senhor Presidente da República, que hoje é um integrante do Partido majoritário, que é um homem sério, que tem a responsabilidade do comando, não só administrativo mas, também, político deste País, possa chamar à ordem esses trabalhos, de tal maneira que não fiquemos nós, os políticos militantes do País, ocupados e preocupados com atitudes desta natureza. Ora se fala na extinção dos partidos existentes, para criar tantos outros; ora se fala na extensão de sublegendas, que é uma imoralidade, a maior que já vi em toda minha vida política — para o Senado Federal, uma vez que já existe para o Governo.

São fórmulas que não honram, não dignificam, não enobrecem, quando há outras que se podem usar, para aperfeiçoar a legislação. Reconhecemos que a legislação é falha, mas essa fórmula, Sr. Presidente, partida de um Governo sério, partida de homens sérios, não se pode misturar com a baderna de notícias e de boatos que se espalham neste País, ao longo do tempo, ocupando e preocupando as nossas atenções. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Zanello.

O SR. OSWALDO ZANELLO (ARENA — Espírito Santo. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desejo, nesta oportunidade, trazer ao conhecimento da Casa e, através dela, a todo o País, um projeto pioneiro e da mais alta valia, que se está desenvolvendo em terras do Espírito Santo: trata-se da Aracruz Celulose S.A.

O empreendimento Aracruz é o maior projeto de celulose químico do Hemisfério Ocidental e o de maior dimensão mundial, em uma única linha de produção, representando um investimento global de 460 milhões de dólares. Esse projeto, da iniciativa privada nacional, foi lançado em 1967, quando se iniciou o reflorestamento de vastas áreas no Espírito Santo, onde, hoje, estão plantados quase 60 milhões de eucaliptos. Proprietária de 40 mil hectares de terras em Aracruz e de 30 mil hectares em São Mateus e Conceição da Barra, a Aracruz Celulose S.A. atuará como importante fator de desenvolvimento social, criando cerca de 4.500 empregos diretos.

Os acessos rodoviários nas áreas florestadas, totalizando 1.340 quilômetros de estradas, e a pequena distância que separa a fábrica das florestas, concorrerão para a redução dos custos da matéria-prima. Localizada a pouco mais de um quilômetro do mar, a fábrica fica apenas a 35 quilômetros do ponto mais distante das florestas. Estes fatores facilitam a adoção de processos para evitar a poluição, nos quais a empresa aplicará 15 milhões de dólares americanos. No tratamento externo dos efluentes líquidos, as águas decantadas serão lançadas a alguns quilômetros da costa, por tubulação. E, como o maior foco de poluição do ar (o evaporador de contato direto) foi eliminado, não haverá odor opressivo.

Com a finalidade de assegurar o equilíbrio ecológico, 10% da área florestada são mantidos como reserva, na qual estão sendo plantadas essências típicas regionais.

No final do mês de agosto, recém-findo, em singela cerimônia, ocorreu a formalização de uma colaboração financeira do BNDE à Aracruz, de valor superior a 2 bilhões de cruzeiros. Como bem acentuou o Presidente do Banco de Desenvolvimento, trata-se da maior operação do BNDE com uma só empresa privada.

Acentue-se ainda, Sr. Presidente, que a Aracruz vai produzir 400 mil toneladas/ano de celulose de eucalipto do tipo kraft, o que corresponde a 33% da produção nacional. Quase toda a produção da empresa será destinada a exportação, eis que os fornecedores tradicionais, em outros países, já esgotaram sua capacidade de expansão.

Saliente-se mais que, 56% dos equipamentos que a empresa utilizará em sua fábrica, serão fornecidos pela indústria nacional.

A tecnologia da produção industrial será fornecida pela empresa sueca Billeruds Aktiebolag, que tem experiência secular no ramo, e a engenharia do processo é da Jaakko Poyry, empresa finlandesa de renome internacional.

Quando em funcionamento, a plena capacidade, a fábrica de Aracruz representará uma economia anual de divisas da ordem de 160 milhões de dólares. A primeira fase do empreendimento já estará funcionando no segundo semestre de 1977.

Desde os seus primeiros passos, o Grupo Aracruz programou uma política social que abrange os problemas médicos, educacionais e habitacionais de seus empregados e familiares, com a idéia também de beneficiar as populações vizinhas.

Sr. Presidente, esse empreendimento, realizado por grupo de empresários privados que acreditaram e acreditam que a livre empresa e a livre iniciativa estão aptas a aceitar os grandes desafios do desenvolvimento econômico brasileiro, merece ser amplamente divulgado.

Fico muito feliz em poder trazer ao conhecimento do Congresso Nacional fato de tamanha significação. E, mais contente ainda, por estar ele situado no Espírito Santo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Coronel Moacyr Nunes de Assunção ocupou o cargo de Prefeito de Porto Velho, no período de 21 de abril a 31 de outubro de 1967.

Nesse curto período, aquele insigne brasileiro desenvolveu esforços visando a dotar a cidade de inúmeras obras ainda hoje reclamadas pelo Município.

Ao lado das obras que se propôs realizar, cuidou também S. Ex^a de moralizar a administração municipal, abrindo inquéritos pelos quais se apuraram diversas irregularidades.

Do elenco de obras e providências programadas pelo então Prefeito Moacyr Assunção, umas já foram realizadas, mas a grande maioria ainda constitui necessidade que reclama solução urgente.

O que chamou a atenção para o programa de trabalho elaborado pelo Coronel Moacyr Assunção foi sua preocupação com os problemas sociais relacionados com a saúde, educação, lazer e assistência social, setores dos quais o Município de Porto Velho é ainda muito carente.

Dentre as principais necessidades da população da cidade podemos enumerar:

— Construção de uma piscina pública, da qual ainda não se cuidou, embora indispensável à integração social e lazer da população.

— Implantação de uma serraria, necessária inclusive para solucionar os problemas sociais das pessoas mais carentes, fornecendo madeira beneficiada para a construção de casas aos flagelados, sobretudo pelas enchentes.

— Construção de um jardim zoológico, como um ponto de lazer e diversão.

— Construção de escolas públicas municipais, setor totalmente abandonado pelo Município. Atualmente, se a Prefeitura muito fez em Porto Velho, foram dois ou três grupos escolares. Não se implantou nenhum ginásio, apesar de a municipalidade contar com uma Secretaria de Educação.

— Implantação de Assistência Social Municipal. Ainda nada se fez nesse sentido, embora de grande necessidade e urgência.

— Realização de feiras livres em vários bairros, de êxito e aceitação garantidos pelo público.

— Fornecimento de meios de transporte para materiais de construção, como palha, madeira, aterros e outros afins, para as famílias pobres.

Esse programa de trabalho do Coronel Moacyr Assunção, se fosse levado adiante, teria humanizado a administração de Porto Velho. Não é possível que os prefeitos da cidade se preocupem somente em receber impostos. É preciso realizar algo que humanize a ação da Prefeitura. É preciso que os prefeitos deixem de ser uma espécie de delegados de polícia, como sempre tem acontecido nos Territórios.

Em homenagem ao idealismo, esforço e dedicação do Coronel Moacyr Assunção na Prefeitura de Porto Velho, transcrevemos o seu programa de trabalho, que espelha a preocupação desse homem público com os reais problemas do povo de Porto Velho.

Ele se delinhou como um realizador e não apenas como mais um fazedor de planos, como todos os que temos visto desde então.

"Principais necessidades do Território Federal de Rondônia, em seus dois Municípios, principalmente no de Porto Velho, que é a Capital:

- 1º) Uma usina hidrelétrica;
- 2º) Pavimentação das ruas, asfalto ou cimento
- 3º) Montagem de uma serraria;
- 4º) Construção de Praças e Parques;
- 5º) Construção de Escolas Públicas Municipais;
- 6º) Construção de uma Biblioteca Pública;
- 7º) Construção de um Jardim Zoológico;
- 8º) Construção de uma piscina pública;
- 9º) Reforma do Estádio Municipal;
- 10º) Aquisição de máquinas pesadas, como tratores, máquinas de abrir valas, pá mecânica, escavadeiras, etc, para serviços de estradas rodoviárias municipais e arruamento;
- 11º) Aquisição de caminhões, de preferência basculantes, para serviços de terraplanagem;
- 12º) Aquisição de hospitais volantes sobre rodas, com gabinete médico e dentário e raio X, puxado por cavalo motor e com reboque de gerador próprio. (Idêntico aos que operam com as Pioneiras Sociais do Rio de Janeiro);
- 13º) Aquisição de material cirúrgico para os hospitais e aparelhos especializados, bem como ambulâncias."

"Objetivos municipais que deveriam ser coordenados em um plano de trabalho que estava em elaboração:

- a) Asfaltamento da cidade (ou calçamento);
- b) Rede de águas pluviais;
- c) Rede de esgotos;
- d) Construção de 3 escolas públicas municipais;
- e) Reforma das Praças;
- f) Construção do Jardim Zoológico com a instalação do Museu, Jardim de Infância e um parque infantil, na mesma área (verba especial do DNPC);
- g) Construção de um Horto Florestal;
- h) Campanha da construção das calçadas;
- i) Abertura da Rua Almirante Barroso, para acesso à Escola Miguel Nogone e Abrigo dos Velhos do Lar São José;
- j) Prosseguimento da abertura de ruas;
- l) Construção de uma Biblioteca Municipal;
- m) Construção da Sede do Clube Municipal;
- n) Construção das oficinas especializadas, no Parque Industrial da Prefeitura;
- o) Substituição dos postes da rede elétrica, para postes de concreto e mudança do centro das ruas para as calçadas;
- p) Reforma da Avenida 7 de Setembro, com retirada dos bares existentes na referida Avenida;
- q) Construção mediante concorrência de 2 bares no Palácio 31 de Março e Parque Industrial da Prefeitura;
- r) Construção de um auditório em praça pública, para retretas de bandas, orquestras e outras apresentações;
- s) Reforma do Estádio Municipal;
- t) Organizar Seção de Aparelhos de Rádio (equipamentos);

u) Organização de serviços funerários (entidade privada, por concorrência);

v) Idem, serviços de Matadouro;

x) Ampliação das oficinas de viaturas e automóveis (ferramental e máquinas);

z) Assunto do material rodante e máquinas pesadas, para o SMER (10 caçambas, 1 patrol, 1 D17, 1 máquina de abrir valas e mais uma pá mecânica).

OBS. Dados de 1967:

NB: 10.000 crianças sem escola. (Hoje há muito mais.)

Interior do Território sem assistência médica (até hoje tal situação permanece inalterada).

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, em entrevista televisionada, afirmou que a curto ou médio prazo o Brasil poderá tornar-se exportador de alumínio e níquel.

Com o devido respeito, dada a grande consideração que nos merece o dinâmico Ministro Ueki, permitimo-nos discordar de seus prognósticos, por uma razão muito simples: não poderemos competir com o produtor estrangeiro, enquanto a energia elétrica for vendida ao empresariado industrial ao preço atual de 20 (vinte) milésimos de dólar a quilowatt/hora, enquanto no Canadá e outros países é fornecida ao preço de 6 (seis) milésimos de dólar o mesmo quilowatt/hora.

Para produzir uma tonelada de alumínio, são necessários 17 mil quilowatt/hora e isso eleva o custo da produção a uns 60% (sessenta por cento). Para obter uma tonelada de níquel, o consumo de quilowatt/hora é da ordem de 13 mil, elevando o custo da produção a 50%.

No mercado internacional, o que vale é o menor preço de venda, não importando onde é produzido, porque isso é secundário. Se o alumínio dos Estados Unidos, ou o níquel da União Soviética são mais baratos, o comprador não dá preferência a nenhum outro país, inclusive, o nosso, principalmente nesta fase agressiva de comercialização internacional.

Estavam para instalar-se, em nosso País, duas empresas estrangeiras: a BAMINCO — Mineração e Siderurgia, com capital de 260 milhões de dólares, que pretendia produzir, anualmente, 20 mil toneladas ferro-liga; a outra era a CODEMIN — Empresa de Desenvolvimento de Recursos Mineraiis, com o capital de 130 milhões de dólares, que se propunha produzir 10 mil toneladas de ferro-liga.

Entretanto, diante do preço do quilowatt/hora, um dos mais caros do mundo, optaram por instalar-se no Canadá, onde conseguem energia elétrica ao preço de 6 milésimos de dólar, enquanto aqui teriam que pagar 20 milésimos de dólar pelo mesmo quilowatt/hora.

Ainda mais: as empresas em expansão são obrigadas ao desembolso de ponderáveis importâncias para a aquisição de ações da ELETROBRÁS, porque, Srs. Congressistas, é o usuário que deve contribuir para o desenvolvimento dessa empresa! Em poucas palavras: o consumidor de eletricidade, nesta Nação, paga um preço caríssimo pelo quilowatt/hora e, como contrapeso, ainda deve contribuir financeiramente para a ampliação dos serviços que lhe são prestados.

Com a desistência das duas empresas mencionadas, o Brasil perdeu um investimento de 390 milhões de dólares, equivalente a 3,5 bilhões de cruzeiros.

É para tais acontecimentos que chamamos a atenção do Governo da República, pois eles repercutem negativamente em nosso desenvolvimento industrial.

A época dos "milagres" já passou à história, por cujo motivo de nada adiantam prognósticos que chocam com a realidade nua e crua do fornecimento de energia elétrica em nosso País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os acidentes do trabalho constituem, ainda, um entrave à produtividade nacional e um desafio que, lamentavelmente, poucos se propõem a enfrentar, com o empenho que a gravidade do problema sugere.

Há dias, recebemos do Dr. Antônio Jofre de Vasconcelos, Supervisor de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, responsável pelo Serviço de Medicina do Trabalho da Companhia de Força e Luz e Secretário do Departamento de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, uma prova segura de que a questão, como já dissemos, recebe o cuidadoso estudo de poucos, mas dedicados cidadãos, responsáveis e prestantes.

Através de uma minuciosa obra de pesquisa, o ilustre médico paulista revela o assombroso número de acidentes do trabalho, ressalta o prejuízo que causam ao desenvolvimento nacional, apresenta dados estatísticos alarmantes, revela os elementos que desencadeiam tais sinistros, propõe soluções valiosíssimas e convoca a colaboração de todos nós para a luta, imperiosa e urgente, no sentido de minorarmos a ocorrência e os efeitos desses ruinosos eventos.

Vivendo o dia-a-dia do problema, como médico de pronto-socorro e estudioso do assunto, o Dr. Antônio Jofre de Vasconcelos elaborou a tese "Modificação do Comportamento na Prevenção de Acidentes do Trabalho", para apresentá-la perante o XIV Congresso de Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado no Rio de Janeiro, entre 7 e 14 de novembro corrente.

Pela impressionante realidade dos dados que denuncia, destacamos o seguinte trecho dessa tese primorosa:

"Os acidentes do trabalho causam a morte de oito pessoas por dia, no Brasil. É um grave problema, constituindo-se mesmo numa questão de segurança nacional. Nosso País é o campeão mundial em acidentes do trabalho. Em 1974, teve seis mil acidentes por dia — sete por minuto — e desperdiçou cerca de dez bilhões de cruzeiros, por causa deles."

E, mais adiante, diz o Dr. Antônio Jofre de Vasconcelos:

"Por outro lado, o custo social dos acidentes é imponderável. Quem poderá dizer o preço de um braço perdido? E qual seria o preço da vida de um trabalhador que, para alguns, significa apenas mão-de-obra, mas que tem que ser encarado também como pai-de-família? Porém o assunto assume um aspecto mais dramático ainda, se considerarmos que, por causa dos acidentes do trabalho, amanhã, oito brasileiros estarão condenados à morte, pelo "crime" de trabalhar."

Eis por que, depois de indicar as principais causas dos acidentes do trabalho, sugere uma radical mudança de comportamento, por parte de quantos estejam envolvidos no assunto, começando pelo próprio trabalhador e terminando pelos empresários e pelas autoridades responsáveis pela segurança e higiene do trabalho.

De nossa parte, além do registro da obra do Dr. Antônio Jofre de Vasconcelos, desejamos nos alinhar com os conceitos ali

expendidos, eis que representam inexcusável colaboração para o equacionamento e solução de um dos mais graves problemas que nos afligem.

Aos órgãos competentes do Poder Público, fica o nosso apelo, no sentido de mais e melhor atentarem para este aspecto sócio-econômico da produção nacional, cujo aprimoramento, por certo, encurtará o caminho em direção do nosso radioso futuro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recentemente, o reconhecimento do óbvio veio a público, nas tribunas do Congresso Nacional, quando parlamentares arenistas discorreram sobre a realidade do Governo Faria Lima, no Estado do Rio de Janeiro, como a repetir, embora tardiamente, os pronunciamentos que vimos fazendo desta tribuna, demonstrando que foi, e continuará sendo a maior decepção deste ano de 1975.

Ouvimos, nesta Casa, um apelo de ilustre arenista, para que o Sr. Faria Lima descesse do pedestal "em que se colocou ou foi colocado por assessores". Entendemos, Sr. Presidente, que o Governador ainda tenta subir ao pedestal, por isso não tem tempo para mais nada.

Os erros daquele governante são tantos e inconseqüentes, que caracterizam o despreparo de S. Ex^a — e de seus assessores mais diretos — para o exercício do cargo a que foi chamado pelo Presidente da República.

Nós, que temos acompanhado a seriedade de palavras e atos do Presidente Ernesto Geisel, estranhamos que Sua Excelência ainda não se tenha apercebido da situação em que vive o Estado do Rio de Janeiro, face ao Governo que tem e em razão das inequívocas manifestações vazadas em pronunciamentos que vimos proferindo desde o mês de abril do ano corrente.

Os jornais noticiaram que deputados arenistas de meu Estado reunidos estiveram com o Ministro da Justiça, cuidando do assunto e sugerindo medidas. Mas de fato, Sr. Presidente, um Governo que não vai ao norte Fluminense quando das enchentes que flagelaram a região e depois libera verbas que não são suficientes sequer para recuperar as pontes destruídas, não merece melhor conceito do que aquele de que desfruta o Sr. Faria Lima.

Um Governador que "expulsa" dos hospitais os estudantes de Medicina, que os proíbe de trabalhar, corta a verba que subsidiava a cooperação destes jovens universitários, que lhes dificulta o aprendizado, não merece o respeito da população, que com ele não pode contar em momento algum, mormente aqueles mais necessitados, que se socorriam dos abnegados estagiários.

Um Governador, Sr. Presidente, que exige, da antiga Universidade do Estado da Guanabara, garantia real, no momento em que se socorre do Estado, para servir de avalista à sua pretensão para obter empréstimo junto ao PIS, visando à solução de problemas urgentes e inadiáveis, qual seja a construção do Hospital-Escola na Ilha do Fundão, não merece estar no posto que ocupa.

Um Governador como o do Estado do Rio de Janeiro somente pode merecer todas as restrições que lhe fazem arenistas e emdebistas, nesta Casa e na Assembléia Legislativa do Estado.

São fatos, Sr. Presidente. Ninguém está inventando, pois nós também "temos tomado conhecimento do pouco caso dado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro à opinião de seus governados, do desprezo pelos conselhos e sugestões que políticos experimentados têm-lhe levado. Tudo isto, talvez, por um pouco de mágoa, gera o seu alto índice de desprestígio junto à opinião pública do nosso Estado".

Não sabemos até quando o Estado do Rio de Janeiro sofrerá a presença deste Governo. Mas seja até quando for, será demais, pois já passou dos limites. Daí a nossa afirmação, reiterada, que o flagelo maior não foram as enchentes, mas, sim, a hecatombe advinda pelo

descaso e o desrespeito desse governante para com a problemática do Estado-fusão.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna assinalar o transcurso do 26º aniversário da Academia Valenciana de Letras, cenáculo que honra as tradições literárias e culturais do Estado do Rio de Janeiro, e que se constitui na aprazível e histórica cidade de Valença, num baluarte da cultura.

Dirigida pelo Dr. Antônio Augusto de Siqueira, a Academia se tem afirmado pela objetividade de sua ação, irradiando-se de Valença para todo o Estado, e principalmente para os municípios que constituíam a Velha Província, a sua influência num trabalho digno de aplauso e apoio de todos quantos desejam a grandeza material e espiritual da nova unidade da Federação brasileira.

Iniciado no último dia 14, justamente a data de sua fundação, o programa comemorativo das festividades de aniversário se estenderá até o próximo dia 23, numa sucessão de eventos marcantes que animarão os sentimentos sociais e culturais do povo valenciano. Na última sexta-feira, no Salão de Cultura "Vito Pentagna", tomou posse a Diretoria Acadêmica eleita para o período 1975/1977, quando inclusive o Comendador Benjamim Vieira Damasceno recebeu o título de Benemérito com notável saudação feita pelo acadêmico Djalma Rocha Nunes. No próximo dia 21, haverá expressiva homenagem ao Conselheiro Marcelo Moreira Ipanema, com saudação da mulher intelectual, representante da cultura feminina, a acadêmica Alda Pereira Pinto.

A programação geral, intitulada XVI Festa da Inteligência, tem um desdobramento variado, participando dela os acadêmicos Albano Marques, Floriano Mário Augusto Pelegrini, Elza de Moraes Sarmiento e Yago F. Costa Pereira, além do festejado Maestro valenciano Agnelo França, do Padre Pedro Higino, e do Chefe do Executivo, Prefeito Luiz Antonio da Costa Carvalho Correia da Silva.

Ao registrarmos da tribuna do Congresso Nacional um evento que transcende ao âmbito do Município, pois os movimentos de inteligência e de cultura devem ser exaltados como exemplo para os que, nos dias tumultuados de hoje, abandonam as coisas do espírito, na voragem dos interesses materiais, queremos saudar os acadêmicos da Academia Valenciana de Letras, na certeza de que continuarão a honrar a cultura, não só do Estado do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dia 17 de outubro, apresentei projeto de lei que proíbe o corte do fornecimento de água por atraso de pagamento.

Sr. Presidente, não é de hoje que se busca, no Congresso, uma solução legal plausível para o problema social resultante dos arbitrários cortes de fornecimento de água, luz e telefone etc.

Dado o fato de que algumas tentativas resultaram infrutíferas, que outras, mais complexas ou mais abrangentes, ainda se encontram em tramitação, tomo a iniciativa de oferecer o projeto de lei apresentado por mim à consideração da Casa, o qual trata tão somente da proibição taxativa do corte de fornecimento de água. Essa sim acentuadamente mais imprescindível que telefone, luz etc.

Afinal, sem água o ser humano não vive, e os seres humanos que constituem a família do usuário e que moram na sua casa não podem ser responsabilizados ou sofrer as conseqüências de eventuais inadimplimentos obrigacionais.

Além disto, o corte, como forma de coagir o usuário a pagar os seus débitos é absolutamente sem sentido, eis que as leis brasileiras já

asseguram às concessionárias ou à própria administração pública (no caso desta, com procedimentos judiciais mais céleres e eficazes) o direito de haver os seus créditos daí resultantes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Nelson Thibau.

O SR. NELSON THIBAU (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Represento a Comissão de Minas e Energia e tenho acompanhado de perto o interesse do Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, e seus assessores e principalmente as declarações feitas pelo Ministro Shigeaki Ueki em relação ao petróleo, óleo diesel e, também, a respeito do álcool da cana-de-açúcar.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, já tive oportunidade, desta tribuna, de solicitar um estudo mais profundo em relação aos carros elétricos. Essa solicitação foi dirigida ao Senhor Presidente Ernesto Geisel por saber que vários países, como o Japão, já estão adotando, com grande êxito, os carros elétricos.

No momento, o assunto que se prende ao meu pronunciamento, Srs. Congressistas, é a estranheza com que tenho recebido comunicações de que várias padarias do Brasil têm deixado de usar a eletricidade para usarem o óleo diesel achando que o preço da tarifa elétrica é muito elevado e o organismo não pode utilizar a eletricidade devido o alto custo do consumo.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, gostaria de fazer uma nova solicitação, para que haja um estudo profundo para a redução do preço de energia elétrica, neste País.

As tarifas elétricas estão subindo dia a dia, forçando as residências a usarem, em vez de chuveiro elétrico, fogão elétrico, o gás liqüefeito, forçando a importação em divisas.

Quanto à eletricidade, nós temos o know-how em grande produção nacional, podendo o Governo procurar um meio pelo qual a redução de tarifas facilite às residências, às indústrias e ao comércio a utilização da eletricidade.

Vários países estão adotando a eletricidade, com tarifas mais reduzidas, para evitar o consumo do óleo diesel, do gás liqüefeito e do petróleo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aqui fica a minha observação, agora, não como solicitação, mas como um protesto e aviso ao Ministro das Minas e Energia, que está desinteressado em relação à alta do preço, do custo, das tarifas elétricas, que vem prejudicando sobremaneira não só a população brasileira, como a indústria e o comércio. Há necessidade de uma revisão urgente nos preços de tarifas elétricas, porque elas já estão chegando ao nível insuportável pelos consumidores.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hildérico Oliveira.

O SR. HILDÉRICO OLIVEIRA (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A antiga BR-4, atual BR-116, é uma das mais importantes rodovias existentes no Estado da Bahia, principalmente pela interligação que faz entre vários municípios e, mais particularmente, desde Feira de Santana a Jequié.

Através dela a região Sudoeste baiana é grandemente beneficiada, destacando-se os municípios de Milagres, Brejões, Santa Inês, Jaguaquara e o próprio Jequié. Entretanto essa rodovia, atualmente, se encontra em estado precário de trafegabilidade, mormente no trecho Milagres—Jequié; são 128 quilômetros difíceis de serem vencidos, em conseqüência das enormes crateras existentes ao longo de sua trajetória.

Em virtude de tal situação formulamos, desta Tribuna, urgente solicitação ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido de mandar recuperar o trecho citado daquela rodovia a fim de que, grandes desastres sejam, em futuro, evitados.

Solicitamos, também, na oportunidade, ao Diretor do DNER, providências no sentido de recuperar, urgentemente, aquele trecho, bastante deteriorado, e que põe em risco a vida de milhares de transeuntes que por ali trafegam.

Esperamos o atendimento de nossa solicitação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lygia Lessa Bastos.

A SR. LYGIA LESSA BASTOS (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Editora José Olympio está completando o 44º aniversário de sua fundação. Pelo muito que ela representa para nós, desejamos apresentar congratulações não só aos seus dirigentes, como também aos funcionários daquela Editora.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveitamos para estender as congratulações aos responsáveis por uma publicação de hoje, junto à edição de *O Globo*, em homenagem ao "Dia da Bandeira". (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR. LYGIA LESSA BASTOS EM SEU DISCURSO:

Editar livros é difundir conhecimentos, é incrementar progresso, é colaborar de modo eficiente no desenvolvimento do Brasil.

Quem consultar o catálogo de obras editadas pela Editora José Olympio, verificará o inestimável valor da sua contribuição na elevação do nível cultural do povo brasileiro.

Os mais notáveis escritores nacionais receberam constante apoio dessa editora na publicação de suas obras originais e traduzidas.

Nosso dever é incentivar os que, divulgando arte e ciência, proporcionam o uso dos instrumentos culturais que propiciarão ao povo brasileiro deixar de ser considerado como subdesenvolvido.

É de se lembrar que essa Casa, fundada pelo eminente paulista José Olympio Pereira Filho, foi das primeiras a acreditar no autor nacional, lançando os seus livros em grandes tiragens, revolucionando assim, de uma certa maneira, o mercado livreiro do País.

Fundada em 1931, em São Paulo, já em 1934 estava ela instalada na Rua do Ouvidor, onde dentro em pouco tornou-se o ponto de encontro de todos os intelectuais do País, que ali se reuniam para discutir e comentar as suas obras. Era um José Lins do Rêgo, uma Rachel de Queiroz, um Jorge Amado, um Otávio Tarquínio de Souza, um Gastão Cruis, um Gilberto Freyre, um José Américo de Almeida, uma Adalgisa Nery e muitos e muitos outros.

Hoje, 44 anos decorridos, lá está a Casa em seu edifício próprio, na Rua Marquês de Olinda, 12, Rio de Janeiro, onde ainda se repete o mesmo ponto de reunião dos escritores, com a presença constante de Afonso Arinos de Mello Franco.

E assim, por tudo o que representa para nós a existência dessa grande casa de livros, é que pedimos um voto de congratulações, com os dirigentes e funcionários da Editora José Olympio, pelo transcurso do 44º aniversário de sua fundação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcelo Gato.

O SR. MARCELO GATO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reafirmo a necessidade de investigações sobre as irregularidades na administração do Município de Praia Grande. Insisto na necessidade de que o Governo Federal, através de seus órgãos competentes, promova as necessárias investigações sobre atos praticados pela administração municipal de Praia Grande.

O MDB daquela cidade, através do Vice-Presidente do Diretório Municipal, Sr. Cesário Reis Lima e do Vereador Alberto Ferraro, levantaram extensa documentação que indica a prática de

irregularidade na atual e nas duas anteriores administrações municipais. Toda essa documentação foi remetida ao Sr. Procurador-Geral da República em 2 de agosto deste ano. Os documentos mostram, por exemplo, que numa das ruas da cidade — Oceania Amabile — que tem 1.200 metros de comprimento, na fatura paga pela Prefeitura a uma empreiteira consta o serviço de limpeza e socamento equivalentes a 10.800 metros. Há ainda o caso ligado a irregularidades na construção de edifícios no que diz respeito a alterações em relação a plantas aprovadas e concessão de carta de habite-se.

Outro caso, matéria de denúncia dos emedebistas de Praia Grande refere-se a desaparecimento de medicamentos no Pronto-Socorro Municipal.

É preciso que as autoridades federais competentes, atentem para denúncias feitas através de farta documentação. Investiguem-nas. Esclareçam definitivamente os fatos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estudos profundos fizemos nós, da Comissão da Amazônia, sob a Presidência do Colega Alacid Nunes, nos setores do Ministério da Fazenda. Temos 22 itens que interessam à Amazônia brasileira. Faço minhas essas reivindicações. Estou a bom tempo lutando por algumas delas e irei lutar por todas, dentro do mínimo de tempo que me seja possível. Passo a lê-las:

1. Prorrogação dos contratos de câmbio por prazos superiores ao fixado na Carta Circular 111.
2. Financiamento ao produtor e ao exportador até o valor de 80% de seus estoques comprovados de madeiras serradas.
3. Criar condições para transformar o Estado do Acre num grande corredor de exportação entre o Atlântico e o Pacífico.
4. Concessão de franquias e isenções de impostos junto à Zona Franca de Manaus, aos Governos dos Estados e Territórios da Amazônia, para aquisição de maquinaria agrícola e seus implementos, motores marítimos e industriais, instrumentos de pesca e arame farpado.
5. Moratória convencional até 1980, sem juros, aos pecuaristas envolvidos em operações incongruenciadas e reconstituídas, de acordo com a Resolução nº 195, do Banco Central do Brasil, de 4-11-1971.
6. Suspensão dos impedimentos a operações dos clientes arrolados e beneficiados pela Moratória, junto ao Banco do Brasil S/A e Banco da Amazônia S/A.
7. Instalação de agência da Caixa Econômica Federal nas capitais dos Territórios.
8. Criação de Banco nos Territórios, para maior flexibilidade, fluidez e fluxo dos capitais, em benefício direto ao Governo e à Agropecuária do Território e ao Comércio e Indústria.
9. Abertura de crédito agrícola aos colonos sindicalizados, para garantia à safra prevista.
10. Isenção do IPI para as mercadorias industrializadas por empresas sediadas na área e para os bens de produção adquiridos em outras regiões do País.
11. Aplicação do Imposto de Renda de pessoas físicas domiciliadas na Amazônia Legal, na compra de ações de empreendimentos industriais sediados na mesma área.
12. Solução rápida para devedores insolventes do Banco do Brasil, onde há processos que se arrastam há longo tempo.
13. Decisão governamental que considere a borracha produto subsidiado em todas as suas fases.

14. Criação do Mercado Comum Amazônico, ensejando que as operações internas de artigos produzidos por indústrias localizadas na região fiquem isentas dos impostos federais.

15. Evitar os efeitos negativos sobre a economia amazônica, resultantes da importação de juta estrangeira com isenção de impostos e taxas.

16. Utilização dos Bancos Estaduais e Territoriais como instrumentos de política creditícia e de estímulo às atividades produtivas, mediante repasse de recursos especiais destinados ao atendimento das pequenas e médias empresas industriais e agropecuárias.

17. Reformulação da Resolução nº 4.484, de 1974, no sentido de permitir o abatimento do Imposto Único sobre lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos na navegação de cabotagem fluvial e lacustre, diretamente nas faturas de consumo.

18. Postular que a taxa de adicional de frete para renovação da Marinha Mercante (AFRMM) seja na região revertida integralmente em favor dos Armadores.

19. Autorização para organização e funcionamento de Carteiras de Desenvolvimento, nos Bancos Estaduais e Territoriais, o que possibilitaria:

a) obter do BNDE financiamento para elevação de capital;

b) aprimoramento de seus mecanismos técnicos;

c) expansão de sua rede de agências no interior do Estado.

20. Autorização para organização e funcionamento da Carteira de Desenvolvimento nos Bancos Oficiais para a realização de repasses de recursos do FINAME e outros fundos.

21. Financiamento aos pecuaristas em condições mais favoráveis, aceitando outras garantias que não terra.

22. Correção de graves distorções, de natureza normativa, ligadas ao valor dos fretes, para o exterior, de manufaturados de madeira da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pelo exposto, V. Ex^{as}. compreendem, estou certo, que essas medidas postas em prática, a Amazônia brasileira recebe real ajuda, real benefício, sendo que algumas já "chegam tarde".

Espero que cheguem, ainda, e que possam servir à região amazônica, principalmente aos produtores rurais, os mais necessitados. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdomiro Gonçalves.

O SR. VALDOMIRO GONÇALVES (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

"A cidade de Costa Rica, no Município de Camapuã, no Estado de Mato Grosso, aguarda a sua elevação à categoria de município."

Há muito que a população de Costa Rica vem lutando, junto aos seus legítimos representantes, que na Assembléia Legislativa do Estado, quer na Câmara Federal e no Senado da República, buscando alcançar a vitória definitiva com a elevação da cidade à categoria de município.

Queremos prestar uma justa homenagem ao dinâmico e estimado Coronel José Ferreira da Costa, doador benemérito do patrimônio constitutivo do perímetro urbano.

Ao Coronel José da Costa, fica aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a nossa homenagem de reconhecimento e aplauso, pelo espírito filantrópico e humanitário.

Sei que constitui uma injustiça inqualificável não declinar, nesta oportunidade, os nomes de todos quantos deram e continuam dando

tudo de si, em favor do bem-estar e do progresso do generoso e hospitaleiro povo de Costa Rica.

Não podia, no entanto, omitir os nomes de dois ilustres vereadores que, na Câmara Municipal de Camapuã, mantêm viva a chama do entusiasmo e da vibração cívica do povo de Costa Rica, que vem lutando pela emancipação político-administrativa da ridente e progressista Cidade de Costa Rica.

Eu me refiro, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a João Gomes Sobrinho e Antônio Gonçalves de Almeida.

Por justiça devo lembrar do nome do velho estradeiro, Tancredo Mineiro do Nascimento, que há muito vem dedicando-se à causa justa da conscientização do povo de Costa Rica, para a conquista das duas mais justas aspirações.

Tancredo Mineiro do Nascimento é autor do histórico de Costa Rica, que abaixo faço transcrever nos Anais do Congresso Nacional.

"Histórico de Costa Rica

Nos fins da penúltima década, sem elementos para precisar a data do ano, teve início a primeira casa construída na Vila, por Antônio Luiz Nogueira, e, subsequentemente edificaram-se outras construções, começando então o povoado que ainda não tinha a sua denominação.

Nessa ocasião, parte da família Carrijos, vindouros da cidade de Mineiros, no Estado de Goiás, com a colaboração desta localidade, construíram a ponte de Aroeira sobre o Rio Sucuriú que circunda a povoação, ligando o Município de Camapuã ao de Três Lagoas, hoje Cassilândia, cuja "ponte" conhecida como iniciativa dos Carrijos é conservada como uma relíquia, estando situada hoje a dois metros abaixo da nova ponte construída pelo ex-Governador Dr. José Fragelli, projeto de nossa autoria, ainda na administração de Pedro Pedrossian.

Em princípios da última década, num entusiástico gesto e progressista, o Coronel José Ferreira da Costa, proprietário de uma área de 236 hectares de terra, situada à margem direita do Rio Sucuriú, parte integrante do imóvel "Imbirussu", onde está localizada a Vila, teve em boa hora o ideal, feliz e acertado, de fundar a Vila, promovendo imediatamente o loteamento de 10 quadras, que daí passou a ser conhecida como Vila de Costa Rica, denominação esta que deriva do nome do fundador e a riqueza incubada da região, como adiante se justifica.

Registrando esta iniciativa, pelo acendrado amor e patriotismo de seu fundador, os pioneiros, forasteiros, aventureiros e bandeirantes de toda a região, tomando conhecimento do fato, acorreram e afluíram para Costa Rica e não mais parou o seu vertiginoso progresso, numa arrancada de arrojo que ninguém jamais a deterá, destacando-se entre eles: João Gomes Sobrinho, Amir da Paiva Laffit, Manoel Romualdo Gonçalves, José Pires, Antônio Gonçalves de Almeida, Sebastião Paes Ananias, Izidorio Luiz Nogueira, Sebastião Vieira, Flausino Furtado, Tácito Teixeira Machado, Gabriel Rodrigues da Silva, Joaquim Barcelos, Mário Machado e o próprio fundador e tantos outros que entusiasmados passaram a construir mais casas e residências em ritmo acelerado de progresso.

Em 21 de janeiro de 1964, por força do Decreto-lei nº 2.132, foi criado o Distrito de Costa Rica, instalando a sua merecida emancipação.

Em 1966, seu fundador, em virtude do crescimento do povoado, já Distrito de Costa Rica, aumentou a sua área urbana do patrimônio, com mais 16 quadras e 95 chácaras na zona suburbana anexas, com plantas e memoriais de acordo com o Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, doou à Prefeitura Municipal, as ruas, avenidas, logradouros, servidões por corredores, área para a igreja matriz, praça para jardins, praça de esporte, para edifício público e um campo de aviação.

Dada a falta de terrenos para continuidade da povoação, o mesmo fundador, para atender os interessados e o público, resolveu lotear o remanescente da área rural anexa ao loteamento anterior,

em levantamento feito pelo Sr. Laerte Paes Coelho, um dos primeiros laureados da região, com mais doze quadras e onze chácaras. Contrariando o esforço do modesto historiador, embora a aquisição do fundador tenha suas escrituras registradas com certidões trintenárias, as Repartições Competentes ainda não expediram aos proprietários e adquirentes os títulos definitivos, o que é de lastimar-se e pasmar-se.

Senão vejamos:

Em 1970, pelo serviço de recenseamento, Costa Rica registrou 964 habitantes, quando a Vila e distrito contava com pouco mais de 100 casas, entre as quais 84 dedetizadas pelo Serviço de Saúde Pública, entretentes, hoje se presume, sem exagero, mais de 4.000 habitantes e mais de 500 casas dedetizadas; 1.000 alunos frequentes e matriculados no Colégio Estadual, Escolas Reunidas e MOBREAL e mais de 200 alunos sem matrículas, por falta de condições para estudarem, em face da precariedade do estabelecimento educandário, comprovando assim um crescimento anual de mais de 100 casas durante os quatro últimos anos.

Costa Rica nunca foi visitada por nenhum dos Governadores do Estado, para que tomasse conhecimento do que realmente existe de positivo para sua emancipação à categoria de município, sendo um dos mais promissores do Centro-Oeste de Mato Grosso.

A futura, linda e salubérrima já cheirando cidade, está localizada nas curvas e caracóis do rio Sucuriú, distante menos de 20 quilômetros da MT 428 e será beneficiada pela BR-060, tendo a Vila e distrito uma altitude de 580 metros acima do nível do mar e, no alto Sucuriú, na nascente do rio, a altitude oscila entre 800 a 900 metros.

As terras que integram o futuro município são fertilíssimas, notadamente vermelha e roxa, existindo milhares de hectares de plantio de arroz, feijão soja, milho e outros cereais que, de dois anos a esta data, são cultivados pela arrojada colônia dos "Gaúchos", a fazenda "Mimoso" dos japoneses, com grandes lavouras, criação e criação de gado bovino, lavouras estas consideradas como as maiores do Estado, em produtividade inconteste, incluindo um número incalculável de fazendeiros agropecuaristas com seus rebanhos em franca produção.

São dignos de elogios os Industriais e progressistas Pedro Luiz da Silva, Joaquim Ferreira Nunes, Francisco Tabuas, Manoel Silvério Pereira e tantos outros ilustres chefes de família Costa-riquenses que para aqui transferiram as suas residências, fazendo inversão de capital em prol do desenvolvimento de Costa Rica, beneficiando com sinceridade de propósitos, a coletividade.

Antes, porém, de encerrar este frágil e sucinto histórico, seria uma injustiça se não descrevêssemos a realidade e a exuberância do Salto sobre o Rio Sucuriú, conhecido como salto "Majestoso", a mil metros distante da povoação, com uma queda vertical de 52 metros de altura sobre pedras e rochas, com um volume de cinco metros cúbicos de água, demonstrando um potencial hidroelétrico para iluminação baratíssima e econômica da futura cidade, devendo registrar a existência de oito serrarias, dois hospitais iniciados e um ginásio que nos dá a confortadora expectativa de ser uma realidade inconteste, no setor educacional.

A localização de Costa Rica é periférica entre três comarcas dentro do Estado: Camapuã, Alto Araguaia e Cassilândia, a 180 quilômetros cada uma e ainda periférica entre os distritos de Paraíso, Capela e Figueirão que irão integrar-se ao futuro de Costa Rica.

Encerrando, a escolha do signatário, para elaborar o presente histórico, solicitado por diversos amigos, não foi bem sucedida e acertada, pois, existem diversos elementos intelectuais, de profissões liberais, que poderiam apresentar um trabalho mais perfeito e altruístico, que melhor viesse agradar ao público e à região. Acolhi a solicitação, apresentando o prático trabalho, que aí está, pedindo desculpas, o historiador, por ser primário e sem melhores condições para fazê-lo, procurando assim, todavia, satisfazer aos amigos de Costa Rica, com quem convive lado a lado há mais de quatro anos.

E, finalizando, depois do relato acima, é seu desejo registrar neste histórico, uma justa homenagem ao seu velho amigo e companhei-

ro de lutas, coronel José Ferreira da Costa, que permanecerão imutáveis o seu ideal e o seu sentimento patriótico e progressista por esta terra, e, ainda mais, ao atual Prefeito Municipal de Camapuã, filho de Costa Rica, por julgá-lo bom e honesto.

Encerrando e terminando, o historiador deixa, como recordação, estas singelas quadrinhas:

"Sucuriú em caracóis, as suas águas vão rolando
E, em murmúrios, vão dizendo às correntezas.
Salve! Mato Grosso que está se despertando.
Salve! Costa Rica, painel dourado de riquezas.
Oh! Costa Rica, que és tão jovial,
Em sua terra pretendo morrer.
Lutando na velhice por um ideal,
Sorrindo alegre por te ver crescer."

Costa Rica, agosto de 1975.

Tancredo Mineiro do Nascimento."

Eis aí, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a história de um povo predestinado às grandes conquistas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Estou certo de que a harmonia há de reinar sempre nos corações dos que, por imperativos históricos, têm a responsabilidade de dirigir os destinos de Costa Rica. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicados e distribuídos em avulsos os Pareceres nºs. 150 e 142, de 1975-CN, das Comissões Mistas incumbidas do estudo dos Projetos de Lei nºs 21 e 22, de 1975-CN, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1975, que altera a redação da letra I, inciso I, do artigo 119, da Constituição da República Federativa do Brasil, tendo

PARECER, sob nº 126, de 1975-CN, da Comissão Mista, contrário, com voto vencido do Senador Ruy Carneiro e dos Deputados José Costa e Antônio José;

Em discussão a proposta.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria que, nos termos do art. 80 do Regimento Comum, será feita pelo processo nominal.

Solicito o comparecimento dos Srs. Deputados Júlio Viveiros e Léo Simões, a fim de procederem à chamada. (Pausa.)

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Blota Júnior, pela ordem.

O SR. BLOTA JÚNIOR (ARENA — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, V. Exª ainda não iniciou o processo de chamada, e eu respeitosamente solicitaria que verificasse, de acordo com o sistema habitual, porque me parece que não há número suficiente para a votação da Emenda Constitucional. Nessas condições, a eventual chamada nominal não daria o quorum exigido.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A Presidência gostaria de ouvir, sobre o assunto, a Bancada da Minoria.

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP) — Sr. Presidente, é evidente a falta de número. O MDB está reconhecendo a inexistência de número para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Em face da manifestação dos nobres Líderes da Maioria e da Minoria, e verificando, realmente, a Presidência que o número de Deputados e Senadores presentes não forma o quorum constitucional exigido, declaro — como já disse — encerrada a discussão, e adiada a votação para quando se restabelecer o quorum.

Passa-se ao segundo item da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição nºs:

31, de 1975, que altera a redação do § 3º, letra "f", do art. 15 da Constituição;

39, de 1975, que dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea "f", e altera a redação do § 1º do art. 177 da Constituição Federal, e

49, de 1975, que altera a redação da alínea "f" do § 3º do art. 15 da Constituição Federal, tendo

Parecer, sob nº 127, de 1975—CN, da Comissão Mista, pela rejeição das propostas, com voto vencido do Sr. Senador Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Em discussão as propostas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Códio.

O SR. RUY CÓDIO (MDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Assomo a tribuna, para defender a minha Emenda, de nº 39.

Não há sacrifícios que não devam ser feitos em favor da redenção da criança brasileira, isso porque redimi-la, é redimir a própria Pátria, relegada por muitos e muitos anos ao mais trágico dos abandonos, pela inércia e pelo desinteresse daqueles que tinham a plena responsabilidade dos seus destinos.

É preciso reconhecer que por demais amargos são os frutos que estamos colhendo, os quais resultaram da despreocupação com que se cuidou, no passado, da solução de nossos magnos problemas. Os que nos antecederam, se elogios merecem pelo seu trabalho, não se agigantam no instante em que lhes pedimos contas do destino de vários milhões de brasileiros condenados, sem culpa, ao analfabetismo, à ignorância, à marginalidade social e política.

Se os percentuais indicativos do analfabetismo são, de fato, de 34% como se costuma anunciar, somos obrigados a reconhecer que existe uma população de 34 milhões de brasileiros analfabetos, sem se contar, ainda, o número daqueles que mal sabem ler, escrever e contar, arrolados como alfabetizados e cujo destino fica jugulado aos estreitos horizontes de tipos de vida autenticamente subumanos.

O Estado — e por Estado entendemos aqui o complexo aparelhamento que envolve a União, os Estados, os Territórios e os Municípios — negou-lhes o uso e o gozo do direito — assegurado pelo art. 176 da Constituição da República — à "educação inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana", direito este que corresponde a um dever do Estado.

Pasmem, Srs. Parlamentares: este direito, que é um bem pessoal, porque se liga intimamente à criatura humana e dela não pode ser dissociado nem negado, este direito foi-lhes negado pela omissão do Estado. Descumpriu o Estado um dos seus deveres mais sagrados.

Nenhum povo tem o direito de abandonar uma tarefa somente porque ela exige esforços sobre-humanos, porque sua execução exige recursos financeiros enormes.

Fiel ao princípio de que a salvação nacional dependia do petróleo, o Brasil, como um só homem, defendeu contra tudo e

contra todos a legitimidade da PETROBRÁS, assim como defendeu e assegurou a realidade da Belém—Brasília, da Transamazônica, de Itaipu o maior complexo hidrelétrico da América do Sul. Chegou, agora, o instante em que a salvação nacional é um problema humano de tal porte que não há justificativa capaz de conciliar o abandono em que vivem mais de 25 milhões de crianças, de idades que vão de zero a sete anos de idade.

Por todos estes motivos, o Parecer nº 127/75, de autoria do Deputado Rafael Faraco, relator da Comissão Mista, opinando pela rejeição da Emenda nº 39, de minha autoria, subscrita por grande número de Parlamentares, esposa tese indefensável, como a da falta de recursos financeiros para a maioria de nossos municípios.

Falta de recursos financeiros tem sido justificativa para se estrangular no nascedouro iniciativas do mais alto valor para toda a Nação, como é esta de se oferecer às crianças creches que as assistam e as alimentem, para que não venham a constituir apenas aquele um décimo do tipo normal humano, tal como foi revelado pelo IBGE, para que não povoem as ruas de nossas cidades, famintas, maltrapilhas, deseducadas, formando bandos que a polícia reprime, por serem perigosos à ordem pública.

Ao contrário do que diz o ilustre relator, o projeto tem o condão de galvanizar as forças vivas da Nação em torno de um problema que está na carne e no sangue de cada brasileiro, pois mesmo o tabaréu canhestro, desengonçado e torto de que fala Euclides da Cunha, sonha ver o seu filho vivendo uma vida melhor do que a sua própria. E esta vida melhor só a pode dar aquilo que o Poder Público destinar para a formação do seu caráter, de suas inclinações profissionais.

Depois, quanto ao quadro de especialistas a que alude o Parecer, devemos nos lembrar de que não há melhor educadora do que a própria mãe.

Além disso, como interpretar os constantes apelos do Presidente da República solicitando a colaboração de todos na obra de nosso desenvolvimento? Não é a educação — pergunto — o mais poderoso agente do desenvolvimento social, econômico e político? E não lançou o mundo em desenvolvimento um desafio à educação? Não é universal o reconhecimento de que a educação é o maior empreendimento dos países em desenvolvimento? Estas são as perguntas que fazem quantos estão vivamente preocupados com a integração de grandes massas populacionais brasileiras no ritmo do seu desenvolvimento, ou seja, em dar-lhes acesso a um padrão sócio-econômico condigno com sua condição de criaturas humanas.

São estas as razões que me levam a discordar do douto Parecer da Comissão Mista, que se ateu tão-somente ao aspecto formal do projeto, sem perquirir-lhe as causas mais profundas e as conseqüências mais remotas.

Dos direitos da criança, aceitos e adotados pelo Brasil, ressaltam os que dizem respeito à proteção jurídica e social, à educação gratuita e obrigatória, ao menos nos níveis elementares, a uma atmosfera de afeição e de segurança moral e material, e que favoreça a compreensão, a tolerância e a amizade entre os povos.

Favoráveis à Emenda nº 39/75, manifestaram-se quantos foram ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Problema do Menor, fato que lhe dá autoridade suficiente para sua aprovação.

A consciência tem, desde o seu aparecimento, e por necessidade do seu processo constitutivo, a dimensão social, tal como define Álvaro Vieira Pinto, em seu livro "Ciência e existência".

Esta premissa, que resulta da experiência de muitos e muitos anos, nos informa que sem horizontes sociais e culturais, a criança se desenvolve adstrita, tão-somente, àquelas condições que sua percepção do mundo lhe fornece. E o seu mundo, o mundo no qual ela vive, é o mundo que resulta dos processos sócio-econômicos, e que a subordina às pressões que lhe são próprias.

Além disso, o desenvolvimento embriológico da criatura humana tem início mesmo antes dela nascer, prosseguindo até os quatro anos de idade, quando o seu cérebro apresenta-se com 90% da massa total do cérebro adulto. Nesse período a ausência de proteínas e de

calorias-protéicas ocasiona o retardamento do desenvolvimento do cérebro, retardamento esse que pode ser reversível ou irreversível, dependendo da intensidade da nutrição.

Estas são as preocupações que assaltam o espírito do mais desavisado dos observadores, sempre que volta suas vistas para a realidade do problema da criança entre nós.

Em todo o País, há falta absoluta, já reconhecida, de um aparelhamento adequado às necessidades de nossas crianças. E a experiência de nossos educadores nos informa que as crianças que vivem em lares apinhados, de que são exemplo as favelas, os mocumbos e os cortiços, sofrem com muito maior força os impactos penosos da vida, de modo que a percentagem de delinqüência nos grupos sócio-econômicos inferiores é freqüentemente mais alta do que nos grupos superiores.

Por falta de recursos financeiros omitiram-se os governos dos Estados, de modo que há não sei quantos anos, talvez séculos, vimos esbanjando, numa inércia de mendigos fartos, como nos diz Euclides da Cunha, o capital mais caro que possuímos: as nossas crianças.

E, por crianças entendem-se aquelas que vão de zero até os quinze anos de idade, cujo número, hoje, deve atingir mais de 30 milhões. Estas etapas da vida humana se processam incorporando solidamente as conseqüências boas ou más das experiências vividas.

Permito-me indagar, preocupado tanto quanto meus nobres pais com a crescente onda de criminalidade infantil registrada nestes últimos tempos: onde estão as creches que acolham, em todo o País, os filhos da mulher que precisa trabalhar para sobreviver? E onde estão os jardins de infância, que acolham as crianças de três a sete anos de idade, enquanto seus pais vão trabalhar? Quantas creches e quantos jardins de infância existem em todo o País? Onde estão localizados? Não há necessidade de serem respondidas essas perguntas, porque suas respostas nos encheriam de vergonha, quando não da mais santa revolta.

O que existe representa uma tímida — para não qualificar de tibia — tentativa de justificar um desinteresse por tudo aquilo que somos e por tudo aquilo que desejamos vir a ser. E constituem, também, essas respostas um programa de ação intensiva e decidida deste Parlamento, desde os órgãos mais altos da República até às mais humildes unidades municipais.

Examinando o problema desapaixonadamente, sem outra preocupação que não fosse encontrar-lhe uma solução permanente, cheguei à conclusão de que somente os próprios municípios é que devem ser engajados nessa luta.

De fato, em contato diário com a situação de suas crianças, conhecendo-lhes o número, as condições inferiores de vida humana, estando em condições de dar-lhes o atendimento que elas devem ter. Responsabilizando os municípios pela criação e manutenção das creches e dos jardins de infância, estaremos dando-lhes as armas de que necessitam para combater a marginalização das crianças, permitindo-lhes, assim, traçar, com segurança, o que será o futuro de nossa Pátria.

Nos Municípios, com a colaboração do Juiz de Direito, dos Delegados de Polícia, dos Diretores de estabelecimentos de ensino públicos e privados, dos representantes das confissões religiosas, do comércio, da lavoura e da indústria, armar-se-iam dos dispositivos que acionariam todo o grupo social, incumbido de uma obra que pode ser considerada de redenção nacional.

De redenção nacional, sim, porque a criança precisa ser redimida, precisa receber das mãos generosas da Pátria que a viu nascer os instrumentos de cultura, de moral, inclusive da formação religiosa, que a tornem um cidadão digno, e não a obriguem a se transformar num perigo permanente e acintoso a toda a coletividade.

Lembremo-nos de que a população infantil, contando de quatro a sete anos de idade, é da ordem de 9 milhões de almas. Desse total, notem os nobres e dignos Parlamentares, somente 477.627, em todo o País, freqüentavam o ensino Pré-Escolar. E o restante, quase oito milhões e meio de crianças, não encontrava uma única vaga para sua redenção.

Para a realização das conclusões a que cheguei, elaborei emenda à Constituição da República determinando que os municípios reservarão 30% da receita tributária, contribuindo a União com 30% do Fundo de Participação; de cujo total 50% serão destinados à construção e a conservação de creches e jardins de infância.

No fundo de nossas consciências, de todos nós que estamos participando da mesma responsabilidade de encontrarmos um caminho menos penoso, seja para as atuais gerações, seja para as porvindouras.

Todos nós vemos desfilar as angustiantes perguntas feitas por especialistas da educação:

1*) Que qualidades de inteligência caráter capacitam as pessoas a representar papéis construtivos numa sociedade em transformação, e como pode a educação estimular essas qualidades das novas gerações?

2*) Como pode a educação ajudar os espíritos a saltar séculos do desenvolvimento ocidental no prazo de poucos anos?

3*) Como podemos educar para garantir mudanças sociais, evitando as trágicas dificuldades de nossa própria evolução?

4*) Como podemos determinar realisticamente as necessidades da mão-de-obra que vão nos dar uma segura expansão sócio-econômica?

E sabemos, todos nós, que é nas escolas e nas vidas das pessoas que o processo do desenvolvimento realmente tem começo. Daí que o elemento humano deve ser sempre nossa primeira preocupação em todas as tentativas para solucionar o problema do subdesenvolvimento.

Reconheço as dimensões gigantescas do problema, assim como reconheço que o sistema econômico de uma nação é um instrumento indispensável para assegurar o bem-estar material do País e as condições mínimas que permitam às pessoas viver uma vida plena e sem sobressaltos.

É de dimensões gigantescas o problema, porque ele envolve todas as crianças brasileiras entre zero e sete anos de idade, as quais, em sua maioria absoluta, são filhas de pais de restrita capacidade econômica. As estatísticas do IBGE referentes ao ano de 1972 nos informavam que 31 milhões de brasileiros recebiam, apenas, um salário-mínimo, enquanto outros 21 milhões recebiam entre um e dois salários mínimos. De exígua capacidade econômica eram, pois, nada menos de 52 milhões de brasileiros.

Analisando o fenômeno do "bóia-fria" na Alta Sorocabana, a socióloga Maria Conceição D'Incão e Mello registrou, num total de 50 "bóias-frias", que 35 deles não tinham nenhuma escolaridade; 8 tinham o primário incompleto; 5 haviam concluído o primário, e 2 somente haviam freqüentado os cursos do SENAI. Note-se que isto aconteceu no Estado de São Paulo, e numa região onde até Faculdades existem.

Wilson Abujamra, num trabalho denominado "A realidade sobre o problema da favela", salienta que "era nos barracos que se deparava com a promiscuidade, a fome, a doença e o analfabetismo" para esclarecer que "o habitante da favela, na sua maioria, não deseja ser falado. É originário do Norte, Nordeste e, mais recentemente, do Sul e Leste de Minas Gerais". Aproximadamente 30 ou 40% são desempregados e grande parte faz os mais variados serviços, predominando o servente de pedreiro, catador de papéis e vários biscates". E revela, em final, contristado: "A criança, normalmente, vive em promiscuidade e, como produto do meio, cresce recalçada devido a maus elementos e através de seus exemplos, com o tempo passa a ser um marginal". Este belíssimo trabalho ressentia-se da falta de dados estatísticos, informando a origem dos favelados, a composição familiar e o grau de instrução. Vale, contudo, como um esforço honesto para a solução de um grave problema.

Assim, se a hereditariedade determina aquilo que uma pessoa pode fazer, o ambiente determina o que efetivamente faz. A here-

ditariedade fornece as potencialidades, enquanto que o ambiente determina como elas serão efetivamente realizadas. Demonstra-se, assim, o quanto predominam no comportamento da criança, e depois no indivíduo, as pressões do meio ambiente.

É fora de dúvida que as oportunidades que uma escola oferece à criança podem ter influência sobre os hábitos e habilidades, bem como sobre os seus ajustamentos sociais e emocionais. E a criança crescida em circunstâncias que não estimulam suas potencialidades nem encorajam seu ajustamento social passa a constituir uma unidade deficitária, que as pressões econômicas ou as companhias viciosas transformarão num marginal, perigoso à ordem pública.

Os valores morais, assim como os ideais da criança são direta e objetivamente influenciados pelos padrões do seu lar, e quanto mais cresce, mais a força desses padrões, desses valores e ideais se fixam, traçando-lhe a linha de comportamento em face das pressões sociais.

A criança marginal, crescida ao abandono, sem escolaridade, vivendo em ambiente de madraçaria, de malandragem e de vícios, com o decorrer dos tempos transforma-se num elemento anti-social, passando a viver, e até com alegria e satisfação, uma vida perigosa, cheia de crimes. Os índices de delinquência são mais elevados nos grupos sócio-econômicos inferiores.

Assim como a criança em crescimento enfrenta impulsos contraditórios dentro de si mesma, e encontra outras influências e pressões contraditórias em seu ambiente, é preciso reconhecer que nos grupos inferiores, o mundo adulto, em que ela vive, se apresenta cívico de vícios, de erros, de violências, que lhes servirão de modelo na idade adulta.

A delinquência juvenil é uma radiografia dos problemas sociais do mundo em que ela vive, não constituindo, portanto, um problema isolado.

A delinquência infantil provém de inúmeras causas, como desajustamento, lares desfeitos, vida em bandos, mas, sobretudo, da desorganização das comunidades. Torna-se claro, assim, que a delinquência infantil é o resultado do processo de desorganização social. Revela, a delinquência, a criança em conflito com a sociedade.

Nossa desorganização social constitui um processo com bases no passado e na própria execução dos programas do desenvolvimento, ambos geradores de profundas contradições, às quais se aliam, hoje, os gravames da crise que afeta todo o mundo.

A emenda que elaborei e que é objeto de exame e voto dos Srs. Parlamentares objetiva, exatamente, remover o mais depressa possível, um dos mais sérios e graves fatores do desajustamento de milhares e milhares de crianças, que perambulam hoje pelas ruas de nossas maiores cidades, delinqüindo. Assim como há de preservar as futuras gerações de crianças das pressões que transformaram unidades aproveitáveis de nossa gente em criminosos perigosos e corrigíveis.

Educar para o desenvolvimento foi a minha preocupação. Integrar no processo do desenvolvimento milhões de brasileiros, cujo total é impressionante: massa populacional avaliada em mais de 25 milhões, com idades que variam de zero a sete anos de idade.

Ensejando a dinâmica social, o processo estabelecido na emenda tem por objetivo influenciar fortemente a preparação de nossas crianças, onde quer que elas estejam, para a vida em sociedade, através de processos eficientes para coordenação do comportamento das crianças, mediante tratamento sistemático, abrangendo a posição social, os padrões de amizade, formação de grupos e subgrupos em sua vivência, de que participe toda a população de cada Município, sempre em função de suas peculiaridades.

Há necessidade de galvanizar toda a Nação para a realização dessa ingente tarefa, que é a de redimir a criança, redimindo o futuro de nossa Pátria.

Por isso é que devemos iniciar o trabalho partindo de sua base natural, que são os Municípios. A União e os Estados deverão, apenas, subsidiar os recursos necessários à implantação e desenvolvimento desses trabalhos.

Confiar à própria Nação a guarda e a proteção de seus filhos, a sua sobrevivência, a sua saúde, a sua cultura, o seu adestramento, irá exigir esforços muito além das possibilidades de todos os órgãos de Governo, sejam os da União, os dos Estados ou os dos Municípios. Mas, com entusiasmo, boa vontade e muito patriotismo, poderemos retrair novos rumos, alterar conceitos e motivar novos comportamentos de nossa gente.

Poderemos extinguir, em pouco tempo, o cortiço, o mocambo, a favela e — por que não? — até mesmo o cangaço que ainda subsiste em várias regiões do País.

Earemos, também, dando condições à crianças para seu engajamento na luta pelo desenvolvimento, luta que vai exigir de nós rudes sacrifícios. A tantos sacrifícios, mais um em favor da criança, além de ser possível, é supinamente meritório.

Para a execução desta tarefa de gigantes, confiam todos os brasileiros na compreensão dos seus parlamentares, no seu desejo bom e amigo, de estender suas mãos às nossas crianças.

Esse objetivo constante da emenda à Constituição não é somente meu, é de todo este nobre Parlamento, a quem pertence, hoje, a paternidade desta emenda, cuja votação, tenho a certeza, dará ao Brasil os instrumentos de que ele necessita para a glorificação dos seus próprios destinos.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aqui está a solução para o menor do Brasil. Se nós olharmos para estas crianças, vamos colher as informações que recebemos da Comissão do Menor Abandonado, informações que vieram de todo este Brasil; agora que temos o remédio nas mãos, esta Casa vota contra. Isto que é lamentável, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. É uma pena o que vejo desta tribuna. É lamentável que a Emenda não seja votada.

Não tem importância! A nossa luta há de continuar. Vamos continuar, porque somente assim a criança será redimida neste País. Se nós não salvarmos a criança estaremos castigando os homens, construindo cadeias por causa desses "trombadinhas". Aqui estão os jornais de São Paulo: "Trombadinha linchado na rua". São jornais de hoje e de ontem, e assim são as manchetes dos nossos jornais, mostrando aquilo que vai pelo nosso País.

Temos emendas apresentadas por três Deputados: pelo nobre Deputado Antônio Morimoto, pelo nobre Deputado Theodoro Mendes e por este Deputado. A minha emenda é a Emenda de nº 39. São emendas salvadoras, são emendas deste Congresso, não são do Executivo. São emendas que poderão ajudar o Executivo, porque o Executivo está buscando um remédio para solucionar o problema da criança.

Ainda outro dia, na Comissão do Menor, compareceram o Ministro da Agricultura e o Ministro do Planejamento, dizendo ambos que da Comissão do Menor Abandonado haveria de partir o roteiro exato e uma dimensão para justamente dar a este País aquilo de que o País precisa.

Deixo, aqui, nas mãos de V. Exª, a salvação da criança brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (ARENA — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está sob apreciação do Congresso Nacional a proposta de Emenda à Constituição nº 31, de minha autoria, à qual foram anexadas as propostas de Emenda nº 39 e nº 49, respectivamente de autoria do Deputado Ruy Codo, que acaba de ocupar a tribuna, e do ilustre Deputado Theodoro Mendes.

Esta emenda, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, altera a redação do art. 15, § 3º, letra f da Constituição Federal, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Participação dos Municípios no ensino primário, na proporção de 20%, sob pena de intervenção.

Com a nossa emenda propomos possibilitar que os Municípios, se puderem e se quiserem, possam aplicar esses mesmos 20%, o que é

obrigatória no Ensino Primário, também para o Ensino Pré-Escolar, não estabelecendo nenhuma obrigatoriedade, apenas facultando aos Municípios que possam e queiram — repito — aplicar também no Pré-Primário porque, de acordo com a sistemática atual, os Municípios não têm esta flexibilidade.

De fato a Constituição, na letra f, § 3º, do art. 15, prevê intervenção estatal em Municípios, nos casos em que não sejam aplicados pelo menos 20% da receita tributária municipal no Ensino Primário.

Sabemos que há Municípios em que o antigo Ensino Primário está praticamente atendido em termos de escola pública. Estão sobrando recursos, e os Municípios não têm condições de aplicá-los, de estendê-los ao Ensino Pré-Primário, porque a Constituição é rígida e eles estão sujeitos à intervenção. É claro que não falo genericamente. Evidentemente não é em todos os Estados da Federação que acontece este fenômeno, mas em vários Municípios dos Estados da Federação brasileira o fenômeno ocorre e esses Municípios encontram dificuldades em dar aplicação ao art. 15, § 3º, letra f da Constituição.

Neste momento em que se discute essas Propostas de Emenda à Constituição visando, com pequenas alterações, com pequenas diferenças, exatamente reforçar os recursos aplicáveis na fase do Ensino Pré-Primário, convém que se lembre que o Fundo de Participação dos Municípios terá um aumento gradativo de 1% ao ano até 1979. Com isto, os 20% deste Fundo, que a Constituição exige sejam aplicados no Ensino de 1º Grau, terão sobre e, como tal, retorno, uma vez que, em muitos locais, não há como nem por que gastá-los integralmente, pois é perfeita e completa a educação chamada primária.

O Brasil, Sr. Presidente, possui cerca de 21 milhões de crianças na faixa etária de 0 aos 6 anos de idade. São desassistidas e ignoradas pelos Poderes Públicos, em cerca 15 milhões, na faixa de 2 aos 6 anos, das quais apenas 570 mil foram atendidas no ano de 1974, a maioria pelas escolas particulares, que constituem mais de 50% do total de escolas para crianças com menos de 7 anos. É de se lembrar que estas escolas são caras e atendem a uma faixa de população restrita, a menos necessitada de tal atendimento, pois vive em ambiente melhor e, conseqüentemente, com melhores condições de cursar o 1º Grau com facilidade.

O objetivo da Educação Pré-Escolar é enfatizar a idade fundamental da formação da criança, importante por três razões: é nessa faixa que se forma a personalidade da criança, que se processa a sua socialização e, nela, que a criança necessita realmente de um trabalho especial.

Enfrentamos, Sr. Presidente, no Brasil, um grave problema de repetência e evasão nas primeiras séries do Ensino de 1º Grau, problema este que, a nosso ver, poderia ser resolvido, com o chamado período preparatório da alfabetização. Uma criança que vive em bom ambiente familiar, em condições satisfatórias de alimentação, carinho e atenção desenvolve, em situação favorável, noções de coordenação motora, posição, distância, distinção de cores e está, portanto, mais apta para se engajar no processo de alfabetização. Quando a criança entra no período Pré-Escolar ela já começa a assumir suas responsabilidades nos estudos, e terá menos possibilidades de fracassar no 1º Grau. O insucesso da maioria de nossos alunos — que chegam em alguns locais ao índice de 80% de repetência e evasão — é devido, principalmente, a duas causas: antecedentes da criança e programação escolar. Até ingressar na vida escolar a criança sofre uma série de influências culturais, sociais e de aprendizagem, que atuam sobre seu desenvolvimento, propiciando-lhe nível de capacitação. Quando estas influências são deficientes, ou inexistentes, pode-se prever que a criança fracassará.

O preço deste fracasso é grande para o País. Para avaliar os prejuízos que o alto índice de evasão e repetência dão ao País, basta dizer que dos 6 milhões de crianças matriculadas no 1º ano, 30% serão reprovadas, o que significa que 1.800.000 terão repetido o ano. Para que essas crianças façam novamente o primeiro ano escolar é necessário que o Governo construa 60 mil novas classes; será

também necessária a contratação de mão-de-obra especializada, a compra de imóveis, etc.

Alguns Estados já iniciaram experiências pioneiras na Educação Pré-Escolar, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tendo todos obtido sucesso indiscutível e animador.

Tais programas precisam, evidentemente, de tempo para serem instalados, mas se obtivermos uma redução de 30% na repetência escolar poderão ser considerados excelentes. Ultimamente, o eminente Ministro Ney Braga vem acentuando esse problema, gravíssimo para o País. E técnicos do Ministério da Educação estão elaborando estudos, projetos, pesquisas, à busca de formas para obter recursos financeiros para a implantação desses programas. Esta, a nosso ver, entretanto, a parte mais fácil, pois liberando a obrigatoriedade da aplicação dos 20% da Receita tributária municipal para o Ensino Primário, propiciaremos recursos suficientes a muitas localidades para a imediata implantação do tão necessário Ensino Pré-Primário.

Este problema não é só nosso, mas também de quase todos os países da América Latina. É necessário que comecemos logo dele a cuidar, num País que cresce dia a dia, amparando a criança desde o berço, tanto do ponto de vista físico, como do psíquico, social e intelectual. Isso se não quisermos que o problema atinja proporções de calamidade pública e venha a nos prejudicar em futuro não muito longínquo, que todos queremos seja de grandeza e possa colocar o Brasil entre as grandes potências mundiais!

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as nossas emendas estão condenadas porque, além de terem recebido parecer contrário na Comissão Mista que estudou as três Propostas de Emenda Constitucional ora em discussão — foi contrário, sem maiores razões, porque as razões alinhadas no parecer, *data maxima venia*, não nos convencem, absolutamente — estão condenadas porque vemos que o plenário está quase vazio e evidentemente nem serão submetidas a votação. O prazo fatal encerra-se, se não me engano, no dia 27 ou 28 do corrente mês. Portanto, como disse, as nossas emendas estão condenadas.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ficam aqui as nossas idéias, e espero que em outra ocasião tenhamos mais sorte, que as nossas crianças tenham mais sorte, porque o objetivo principal, tanto das minhas emendas, como a do ilustre Deputado Ruy Còdo, assim como a do ilustre Deputado Theodoro Mendes, que está aí aflito, provavelmente para defender sua emenda, têm o mesmo objetivo, isto é, o de amparar a criança do Brasil, na faixa de idade de zero a seis anos.

Oxalá possamos encontrar, no Executivo e também no Congresso Nacional, expressão maior do povo brasileiro, a sensibilidade e a receptividade que o caso realmente merece, porque nas crianças está efetivamente o futuro da Nação brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodoro Mendes.

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Embora sabendo de antemão que a emenda por nós apresentada não poderá ser votada, dada a fuga de plenário, assim mesmo, a fim de que possamos fixar nossa posição quanto às emendas ora apresentadas, tomamos a palavra para, em breve pronunciamento, manifestarmos sobre essas emendas.

Sr. Presidente, três são as emendas que pretendem modificar a letra "f", do § 3º, do art. 15, da Constituição Federal. Uma delas de autoria do nobre Deputado Ruy Còdo; outra de autoria do nobre Deputado Antônio Morimoto, e a terceira, cujo primeiro subscritor é este deputado.

Esta emenda, Sr. Presidente, nasceu ou foi inspirada justamente nos pequenos Municípios de pouca renda e que se vêem num grande problema, quando se trata de cumprir a letra "f", artigo 15, § 3º, da Constituição. Isto porque, Sr. Presidente, como é de todos sabido, o

Ensino Primário é ministrado pelos Governos estaduais, que, inclusive, recebem subvenção federal para isto. Os Governos municipais pouco têm a gastar com o Ensino Primário em si, embora exista a obrigatoriedade prevista na Constituição.

Também não é ignorado por ninguém o fato de que o Município, principalmente os industriais, pobre, sob o aspecto da Receita, são obrigados a construir creches e parques infantis, que acolhem os filhos dos trabalhadores e das operárias que demandam às fábricas.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as despesas decorrentes da criação desses parques infantis e da criação dessas creches não podem ser levadas à conta dos 20% obrigatórios, que a Constituição determina.

Assim, um Município pequeno, que não tem como gastar no Ensino Primário, que se vê forçado, não raras vezes, a construir prédios em excesso, a fim de poder fazer frente à obrigatoriedade constitucional; que, frequentemente, dá em excesso até transporte, para poder fazer face a essa obrigatoriedade, quando se vê forçado à construção de parques infantis ou creches, não pode levar esses gastos à conta dos 20% obrigatórios.

Eis por que, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nasceu de uma necessidade premente, sentida diretamente nas próprias comunas brasileiras, a criação e a inspiração desta nossa emenda.

Temos fé, todavia, de que a Liderança do Governo nesta Casa, a Liderança do Governo no Congresso possa, com o adiamento da votação, que se verificará, possa consultar os escalões superiores do Governo — tenho plena convicção de que esta emenda constitucional, que sensibiliza tanto a Aliança Renovadora Nacional como o Movimento Democrático Brasileiro, poderá, na próxima sessão, quando ocorrer a votação, receber o beneplácito dos dois Partidos e pode, sem dúvida alguma, vir a ser aprovado.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Com muito prazer.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — V. Ex^a se referiu à Liderança da Maioria e praticamente nos convoca a participar dos debates. Ouvimos, com atenção de sempre, os deputados que precederam V. Ex^a na tribuna: Deputado Ruy Codo, Deputado Antônio Morimoto e, agora, V. Ex^a Deputado Theodoro Mendes. Estamos todos dispostos a partir para uma votação, no momento oportuno, mas não acredito que possamos assegurar a V. Ex^a apoio à aprovação das emendas. Não bastasse o parecer contrário a que aludiu o Deputado Antônio Morimoto, parece-nos que as emendas, com referência ao seu mérito, teriam mesmo que vir a merecer a reprovação da Casa. E me permita trazer, em grau de aparte, a contradita aos argumentos aqui expendidos. A Emenda nº 31, do Deputado Antônio Morimoto, eu a subscrevi, como tantos outros, porque dá uma opção de aplicação, na alternativa com que se enuncia a letra f: "não tiver havido aplicação, no Ensino Pré-Escolar ou no ensino primário". Conseqüentemente, dá uma faculdade ao Município de atribuir a um tipo de ensino, enquanto que V. Ex^a usa a aditiva e: "não tiver havido aplicação no Ensino Primário e Pré-Primário", debilitando conseqüentemente, pela divisão dos recursos que a Constituição obriga, uma divisão entre duas espécies de ensino. O Deputado Ruy Codo, vai-me permitir S. Ex^a — eu que procuro não trazer críticas, mas dado o tom dramático com S. Ex^a reptou a todos nós, da tribuna — haverá de perdoar-me não concordar não apenas com a intenção da sua emenda, como até com a forma pela qual S. Ex^a se manifesta. A própria técnica legislativa ficou, aqui, desassistida, por inteiro. Nós, que já conhecemos da Assembléia Legislativa de São Paulo o carinho e o cuidado com que o Deputado Ruy Codo sempre cuidou das suas proposições, só podemos entender, por um desses lapsos absolutamente compreensíveis. S. Ex^a no art. 2º — começemos por esse artigo — propõe uma nova redação para o § 1º do art. 177 da Constituição, e cita:

"A União prestará assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para desenvolvimento dos seus sistemas de ensino."

— isso é o que diz, por enquanto, o art. 177 — acrescentando:

"e prestará toda a assistência ao Ensino Pré-Escolar."

Portanto, a União não prestará toda a assistência para o desenvolvimento do sistema de ensino, porque, se existe toda a assistência, e existe uma assistência adjetivada, técnica e financeira, conseqüentemente prestará maior assistência ao Ensino Pré-Escolar do que presta ao sistema de Ensino geral dos Estados e do Distrito Federal. Entendo, *data venia*, que se vazaria melhor a emenda

"que a União prestará toda assistência aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino e, em especial, ao ensino pré-escolar."

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Nobre e inteligente Deputado Blota Júnior, ora na Liderança, a minha intenção não é absolutamente que a minha emenda seja aprovada. É evidente que, entre a minha emenda ou aquela em que fui o primeiro subscritor, a Emenda do Deputado Antonio Morimoto, há uma pequena diferença quanto às conjunções coordenativas, aí existentes. As duas orações, na emenda do Deputado Antonio Morimoto representam, aqui, uma alternatividade e, na minha, a conjunção é aditiva.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — Ou cumulativa, para usarmos a palavra do parecer.

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Todavia, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nós não estamos aqui empenhados em que a nossa emenda seja aprovada. É evidente que, se aprovada a emenda do Deputado Antonio Morimoto, os objetivos, também, teriam sido alcançados e nós estaríamos plenamente premiados com a aprovação daquela emenda.

O Sr. Freitas Nobre (MDB — SP.) — O fato é que, mesmo o parágrafo 1º, cuja alteração propõe o Deputado Ruy Codo, não se apresenta no nosso entender, dentro daquela preocupação demonstrada pelo Deputado Blota Júnior. É que no desenvolvimento do ensino há competências exclusivas ou preferenciais, do Estado ou dos Municípios. Há uma responsabilidade maior, do Estado ou dos Municípios, em determinado tipo de ensino: primário, secundário, superior. Mas, a sugestão do Deputado Blota Júnior seria no sentido de que esta expressão "toda Assistência ao ensino pré-escolar" dava a impressão de que a assistência seria prestada, de uma maneira total, ao ensino pré-escolar e aos demais, não. Mas é que, aqui, o Deputado teve uma preocupação de ver, exatamente, as nuances existentes, com referência às atribuições específicas da União, dos Estados e dos Municípios, no que tange a este ou àquele tipo de ensino. O que é importante nisto tudo é que a matéria tem alta relevância e é pena que tenha, por uma circunstância qualquer, escapado número a esta Casa, no dia de hoje, para que ela pudesse votar a matéria. Evidentemente, o assunto é da maior importância; V. Ex^a tem razão: os três autores das emendas levantaram a tese e se o Governo tiver a possibilidade de contribuir para alterar o dispositivo constitucional e assegurar uma efetiva participação à utilização desses recursos no ensino, especialmente nesses setores, V. Ex^a terão já algum resultado. O que temo é que, com o adiamento, conseqüente da falta dos 2/3 — porque se exige um quorum qualificado de 2/3 para votação da matéria — se possa perder a oportunidade não apenas do exame, mas da votação de matéria de tal transcendência.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — V. Ex^a me permite concluir a matéria que tinha trazido?

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Com muito prazer.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — Apenas para tecer um argumento, que me trouxe ao microfone dos apartes, para não concordar com a Comissão, pelo menos num ponto. Antes, gostaria de me referir à expressão "fuga do plenário", quando essa expressão não é a mais correta para identificar o problema de votação de emenda constitucional. Como V. Ex^a não ignora — mas as observador menos avisados pareceria que houve, efetivamente, fuga do plenário — os Deputados que vão votar a favor normalmente permanecem, porque é um **quorum** que se exige qualificado, privilegiado, efetivo. É preciso ter um determinado número de Deputados a favor da proposição para que a Emenda possa alcançar a sua finalidade. Portanto, aqueles que não estão a favor da Emenda nem sempre permanecem no plenário, porque não há necessidade do voto negativo. Na emenda constitucional é sempre o voto positivo.

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — V. Ex^a quer fixar uma posição, mas acho que agora é incorreta. Porque, inclusive, quando vinha pelos corredores, a mim próprio, foi dito que não comparecesse porque, afinal de contas, não iria haver número suficiente para a votação. Então havia Deputados, antes do início da sessão, se retirando da Casa sob a alegação, já, de que não haveria número. É interessante esse aspecto quase que de pitonisa, de descobrir que não haveria número, antes mesmo de iniciada a sessão.

O Sr. Blota Júnior (ARENA — SP) — Essas presciências são, quase sempre, comuns em matéria de votação, principalmente porque hoje não há nem matéria partidária aqui, já que o Deputado Antonio Morimoto é da ARENA e V. Ex^a e o Deputado Ruy Codo são do MDB. O que queria trazer para reclamar, porque não concordo e para que não transite em julgado, é quando a comissão se manifesta contrariamente por várias outras razões, "por sua inviabilidade ante as condições e peculiaridades locais da esmagadora maioria dos nossos municípios", isso aceito e acredito, o que não aceito e não acredito é a expressão final: "Quase sempre a braços com problemas financeiros para atender a compromissos tais, como o pagamento do funcionalismo, subsídio de vereadores e tantos outros". Eu não posso acreditar que as razões sejam estas, mesmo porque o gravame é proporcional, percentual, fixo, não **tramite**, sobra sempre 80% para o funcionalismo, para o subsídio dos vereadores e para os tantos outros. Mas a educação da infância não pode ficar desassistida se os municípios apenas podem pagar subsídios, vencimentos de servidores públicos e os tantos outros a que a Comissão não faz referência. Nesse particular, acho que a argumentação não colhe.

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Não é só nesse particular, nobre Deputado. No mérito do parecer, ao final, diz o seguinte:

O que se tem observado, com repercussões na imprensa e até no Parlamento, haja vista a uma Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar se o **MOBRAL** estava destinando recursos ao ensino primário infantil, é, justamente, a insuficiência de verbas para este setor. Ora, se fossem retiradas parcelas substanciais — sem clara previsão, até que se reformasse a Lei nº 5.692/71 — do ensino primário para o "pré-escolar", "creches" e "escolas maternas", o primário poderia ser levado à inanição, crescendo a taxa de analfabetos no País.

Não é verdade. Sabe V. Ex^a perfeitamente que os recursos para o ensino primário não provêm dos municípios, mas do próprio Estado, do Governo estadual.

O Sr. Antunes de Oliveira (MDB — AM) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Pois não, eminente Deputado.

O Sr. Antunes de Oliveira (MDB — AM) — Saio, hoje, daqui, lamentando por haver um parecer contrário às propostas de emendas à Constituição nºs. 31, 39 e 49 de 1975, porque, por mais que eu tenha estudado o assunto, cheguei à conclusão de que há viabilidade. Faço minhas as últimas palavras do eminente Líder da Maioria, Deputado Blota Júnior, quando S. Ex^a entende que essas expressões finais do eminente Deputado Rafael Faraco — por sinal, do meu Estado e meu amigo — não representam, realmente, a situação, quando S. Ex^a diz: "Quase sempre a braços com problemas financeiros para atender a compromissos, tais como os pagamentos do funcionalismo, subsídios de vereadores e tantos outros". Declaro que, se dependesse do meu voto, seriam vitoriosas as três, talvez, porque, basilarmente, se completam. Chamo a atenção, ainda, para a Emenda de nº 31, de autoria do Deputado Antônio Morimoto, a de Ruy Codo, nº 39 e a de S. Ex^a, o Deputado Theodoro Mendes, nº 49, elas, realmente, não são apenas patrióticas, e sim urgentemente necessárias. Ficam aqui as minhas palavras, e, ao mesmo tempo, levantaria questão de ordem ao Sr. Presidente, mas não o faço uma vez que estou apartando. O meu ilustre colega, com quem concordo, Deputado Antônio Morimoto, no seu entusiasmo, declarou que o plenário estava totalmente vazio. Não aceito esta tese porque ela contrariaria toda a execução do Regimento. Certamente S. Ex^a usou uma força de expressão, porque não está totalmente vazio o plenário, mesmo que não estivessem aqui os eminentes Deputados Freitas Nobre, Líder da Minoria e Blota Júnior, Líder da Maioria, estaríamos nós outros. De maneira que gostaria que S. Ex^a, o Sr. Presidente deste Congresso determinasse a supressão dessa expressão, qual seja o de que o plenário está totalmente vazio.

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, e apenas para complementar, quanto ao Parecer 127, que no seu mérito, contém duas inverdades, e por isso que, neste instante, critico acerbamente. Em primeiro lugar, o Relator fala em inconveniência das propostas; em segundo lugar, da inviabilidade.

O Sr. Ruy Codo (MDB — SP) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP) — Um momento, Ex^a. A inconveniência não existe, porque, na realidade, não provêm dos municípios os recursos para o ensino primário, mas, sim, do Estado. Em segundo lugar, inviabilidade é o que não existe, como bem deixou frisado o nobre Deputado Blota Júnior, de vez que os 20% são aquela parte obrigatória da Receita Federal, restando 80% para os demais serviços do município.

Tem o aparte V. Ex^a

O Sr. Ruy Codo (MDB — SP) — O nobre Deputado Blota Júnior, Líder do Governo, neste instante, ao referir-se ao parecer do nobre Relator, Deputado Rafael Faraco, quando S. Ex^a diz da inviabilidade, em virtude dos 80% dos municípios não terem condições, gostaria de dizer a S. Ex^a que em 20% dos municípios, praticamente, está toda a população brasileira.

Estiveram na Comissão do Menor Abandonado vários Secretários de Estado, do Governo, da ARENA, que fizeram depoimentos sérios, de que havia necessidade de uma mudança, porque a única forma, segundo os depoimentos de Mário Tanfeld, de São Paulo de Leopoldina Saraiva, quando ela ainda declarou, encerrando o seu depoimento nessa Comissão, que o povo que vive em São Paulo ancora as esperanças de uma Suíça, mas vive a triste realidade de uma Biafra. Então, diz ela em suas notas que a única maneira de salvar este País — está lá nas notas da Secretária, está nas notas de Mário Tanfeld, está nas notas de todos os Juizes de Menores que compareceram à Comissão do Menor Abandonado, Secretários de outros Estados, e que pertencem ao Governo, inclusive do próprio Secretário do Planejamento, que aqui esteve outro dia — infelizmente não pôde comparecer o ilustre Ministro Reis Velloso, mas compareceu o seu Secretário, que assumia interinamente o Ministério — e dizia, conforme consta das notas taquigráficas. Faço um

apelo ao Sr. Líder do Governo, neste instante, para que releia os depoimentos do Secretário do Planejamento do Governo Geisel. S. Ex^a diz que somente a criação de creches e parques infantis, através dos municípios, é que a Nação poderá solucionar este problema. Então, quando vem uma emenda, dando justamente os parâmetros para esta solução, porque, então, o Congresso Nacional — não me importa que esteja vazio o Congresso; importa é que os Anais ao registrar os apelos que estamos fazendo e por coincidência, até, três de deputados paulistas. Mas, tenho a certeza de que nos 20% dos municípios, e que o ilustre Relator esqueceu de examinar, está toda a população brasileira. Quanto aos restantes 8% a Nação que os escolhe e dê condições para que os municípios tenham, realmente, a participação efetiva.

O SR. THEODORO MENDES (MDB — SP.) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, e apenas para encerrar, Sr. Presidente, deixaria claro que se fizesse uma consulta aos chefes do Executivo, nas várias Comunas do Brasil, tenho a plena convicção de que haveria

unanimidade. Todos eles votariam favoráveis a qualquer das três emendas ora apresentadas.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência deixa de submeter a votos as propostas de emendas que acabam de ser discutidas porque, a esta altura, agravou-se a evidência da falta de **quorum**.

A Mesa esclarece ao Plenário que não utilizou o Regimento Interno, suspendendo a sessão por falta de número, exclusivamente em homenagem àqueles que desejavam discutir a matéria. Se usasse o Regimento, no seu rigor, teria impedido que os nobre autores das emendas enunciassem com clareza, com entusiasmo, os propósitos que os levaram a apresentar essas emendas.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 40 minutos.)

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

2 TOMOS

Contendo os textos atualizados da Constituição Federal (Emendas Constitucionais nºs 1 a 5) e das Constituições Estaduais.

PREÇO DA COLEÇÃO: Cr\$ 100,00

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria
de Edições Técnicas e impresso pelo Centro
Gráfico do Senado Federal**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

VOLUME COM 288 PÁGINAS — PREÇO: Cr\$ 30,00
CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)
DECRETO-LEI Nº 200/67 — redação atualizada

- Legislação citada
- Legislação alteradora
- Legislação correlata

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas.

PREÇO: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União (prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição (Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE (voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50